



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS



Escola de Administração
de Empresas de São Paulo

ENTREGA FINAL - PIBIC

Reflexos da Educação na Melhoria do
Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Início
do Século XXI

Alana Zampol Imaizumi

Orientadora: Professora Dra. Celina Martins Ramalho

Departamento de Planejamento e Análise Econômica – PAE

AGOSTO - 2011

Sumário

Cronograma das Atividades	3
Título:	4
Objetivo do projeto:	4
Hipóteses	4
Metodologia	4
1 – Introdução à Pesquisa.....	5
2 – Estudo Teórico das Variáveis Macroeconômicas e a Influência da Educação.....	7
2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	7
2.2 – Crescimento Econômico	8
2.2.1 – O Modelo de Solow.....	9
2.3 – Desenvolvimento Econômico	11
2.3.1. – Desenvolvimento como Liberdade.....	11
2.4. – Considerações sobre Crescimento Econômico e Educação	13
3 – Educação	15
3.1 – Histórico da Educação no Brasil a Partir dos Anos 90.....	16
3.1.1 – Educação Básica.....	19
3.1.2 – Ensino Médio	21
3.1.3 – Ensino Superior	22
3.2 - Dados da Educação Brasileira No Século XXI.....	24
4 - Considerações Finais	30
5 – Conclusão final.....	34
7 – Anexos.....	38
7.2 Entrevistas	38
7.2.1 – Walter Barelli	38
7.2.2 – Jairo Abud	41
7.2 – Tabela – Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 - Educação.....	43
8 - Bibliografia	49

Cronograma das Atividades

ATIVIDADES	AGO 2010	SET 2010	OUT 2010	NOV 2010	DEZ 2010	JAN 2011	FEV 2011	MAR 2011	ABR 2011	MAI 2011	JUN 2011	JUL 2011
Levantamento da Literatura (Previsto)	X											
Levantamento da Literatura (Realizado)	OK											
Levantamento dos Dados (Previsto)		X										
Levantamento dos Dados (Realizado)		OK										
Redação parte Teórica (Previsto)			X									
Redação parte Teórica (Realizado)			OK									
Redação sobre Histórico (Previsto)				X								
Redação sobre Histórico (Realizado)				OK								
Desenvolvimento Parcial da Análise Proposta (Proposto)					X	X						
Desenvolvimento Parcial da Análise Proposta (Realizado)					OK	OK						
Desenvolvimento Final da Análise Proposta (Proposto)							X	X	X	X		
Desenvolvimento Final da Análise Proposta (Realizado)							OK	OK	OK	OK		
Finalização da Pesquisa e Entrega (Previsto)											X	X
Finalização da Pesquisa e Entrega (Realizado)											OK	OK

Título: Reflexos da Educação na Melhoria do Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Início do Século XXI.

Objetivo do projeto:

O objetivo do projeto é desenvolver um estudo sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e os investimentos em educação realizados desde 1990 até o ano de 2009 por meio de análises histórica, quantitativa e teórica, realizando projeções para os futuros investimentos em educação e quais serão as principais consequências de tais investimentos no crescimento e no desenvolvimento econômico do país.

Este trabalho, juntamente com o trabalho de Otávio César Martins dos Santos, cujo tema é “É De Importações Que o Brasil Precisa? Um Alerta do Comércio (Internacional) Para o Desenvolvimento Econômico” irá servir de base para os estudos posteriores da orientadora.

Para atingir o objetivo da pesquisa duas hipóteses foram formuladas, a fim de que fosse estabelecida uma linha de raciocínio específica sobre o tema. Tais hipóteses só puderam ser elaboradas após os estudos teóricos, do atual cenário educacional e do panorama econômico brasileiro.

Hipóteses

H1: Investimentos em educação resultam em melhor desempenho e desenvolvimento econômico.

H2: No Brasil, a principal tendência é aumentar os investimentos em educação e corrigir as falhas existentes nesse sistema. Essa tendência é impulsionada tanto pela demanda crescente em conhecimento quanto pela necessidade de melhor capital humano que suporte o desenvolvimento econômico do país.

Palavras chave: desenvolvimento econômico, neo-desenvolvimentismo, educação, capital humano.

Metodologia

A metodologia adotada consistiu na leitura e estudo bibliográfico, de livros e artigos referentes ao tema da educação e do desenvolvimento econômico, tais como Amartya Sen, Claudio de Moura Castro, Robert Solow, Charles Jones, entre outros.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em analisar o histórico brasileiro em duas partes: histórico educacional e desempenho econômico, a partir de dados do Banco Central do Brasil, FMI, IPEA data, IBGE, PNUD e INEP, posteriormente ligando as duas pesquisas em uma análise conjuntural sobre o tema, a fim de compreender o histórico brasileiro de educação e a sua relação com o desenvolvimento econômico.

Depois do estudo do panorama econômico brasileiro e a realidade educacional, as hipóteses foram formuladas, o que forneceu base para a conclusão da pesquisa e para a formulação e execução das entrevistas.

Finalmente, com a realização de quatro entrevistas – com o Economista e Professor Jairo Abud, o Economista e Ex-Ministro do Trabalho Walter Barelli, o Economista e Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie Dr. Álvaro Roberto Labrada Bado e o Professor da Fundação Getulio Vargas Ricardo Rocha Brito Bresler – foi possível realizar a análise crítica e a conclusão sobre a relação entre educação e desenvolvimento econômico, assim como sugestões sobre a tendência dessa relação para o futuro próximo.

1 – Introdução à Pesquisa

O Brasil é considerado um país que, dentro dos últimos vinte anos, mostrou desenvolvimento crescente, não só econômico, mas também social. As mudanças ocorridas nos anos 90 marcavam o neoliberalismo como uma implantação tanto política quanto econômica. Portanto, da mesma forma que o Estado procurou regular a economia e os resultados negativos das políticas anteriores, muito se fez pelas questões sociais – dentre elas a educação.

Embora muitos avanços tenham sido feitos nesse período, o Brasil ainda encontra seus problemas sociais como questões triviais para o desenvolvimento do país frente às outras potências mundiais. O grande destaque do país no cenário econômico nos faz refletir sobre quais são as variáveis que impulsionam o crescimento e de que forma tais variáveis podem influenciar esse crescimento, tanto positiva quanto negativamente.

Dessa forma, a proposta da pesquisa é desenvolver um estudo sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e os investimentos em educação, abordando de que forma a variável educação afeta diretamente o desenvolvimento econômico, como isso ocorreu nos

últimos vinte anos e quais são as perspectivas de investimento e de crescimento da correlação entre ambos.

Para isso, será realizado um estudo teórico sobre o crescimento, enfatizando os efeitos e conseqüências dos investimentos em capital humano e capacitação na economia segundo o Modelo de Solow.

Além disso, será abordada a teoria do Desenvolvimento como Liberdade, de Amartya Sen, que enfatiza o papel do ser humano como agente que possui liberdades para agir econômica, social e politicamente e contribuir para o desenvolvimento de seu país.

Ademais, será apresentada uma pesquisa sobre o histórico dos investimentos em educação no país e dados que explorem a sua evolução durante os anos, a partir dos anos 90, quando as questões sociais ganharam maior espaço nas políticas públicas. Mesmo que esses investimentos aumentaram, a educação brasileira ainda continua defasada, se compararmos com outros países em desenvolvimento.

Após esse estudo, será possível relacionar o conteúdo teórico estudado com a realidade brasileira, buscando entender qual a relação existente entre educação e desenvolvimento econômico. Analisaremos até que ponto a falta de investimentos foi e ainda é um fator limitante ao desenvolvimento econômico brasileiro e quais foram os efeitos das mudanças em tais investimentos que ocasionaram melhorias no quadro econômico.

Assim, poderemos compreender em que quadro o Brasil se encontra atualmente, e se existe uma predisposição a buscar melhores índices de educação, baseado nas experiências de sucesso existentes pelo mundo e na própria percepção do país sobre a grande necessidade de se investir em capital humano, oferecendo base suficiente para o contínuo desenvolvimento econômico do país.

Da mesma forma, será analisada a relação entre educação e desenvolvimento econômico e essa correlação se dá no Brasil, ou seja, de que forma tais variáveis se relacionam e quais são as principais conseqüências para o país. A partir dessas respostas, será propostas sobre as principais tendências para o futuro serão apresentadas.

2 – Estudo Teórico das Variáveis Macroeconômicas e a Influência da Educação

Nessa parte do trabalho, iremos buscar, por meio de elementos básicos da economia, compreender quais são as relações e conseqüências de investimentos em capital humano – principalmente os investimentos em educação – possam resultar em melhorias no crescimento e no desenvolvimento econômico.

Para isso, será feito um estudo de variáveis econômicas, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o Crescimento Econômico – enfatizando o Modelo de Solow – e o Desenvolvimento Econômico- com base em “Desenvolvimento como Liberdade”, de Amartya Sen. A partir de tal estudo teórico buscaremos correlacionar esses conceitos e variáveis com a educação, seguindo as diretrizes de estudo de Fernando José Meira Rocha, em “Educação e Economia: uma abordagem sobre as conseqüências e condicionantes econômicos do desenvolvimento humano, com ênfase em educação”.

2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Segundo o UNDP¹, o índice de desenvolvimento humano é:

*“A composite index measuring average achievement in three basic dimensions of human development – along and healthy life, knowledge and a decent standard of living.”*²

Segundo o PNUD Brasil³, o principal objetivo é “oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento,⁴” criando uma diferente perspectiva de análise do desenvolvimento econômico por meio dos aspectos da base material da realidade humana.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, o Brasil ocupa a 73ª posição no IDH, sendo ultrapassado por muitos países latino-americanos com o Uruguai (52ª posição), Chile (45ª posição) e Argentina (46ª posição). Ademais, na tabela Educação (Anexo I) pode-se ver que, em relação aos países do mesmo grupo de classificação (Desenvolvimento Humano Elevado), o Brasil possui a mais baixa porcentagem da população com pelo menos

¹ United Nations Development Programme. Site oficial: <http://www.undp.org/>

² UNDP, Human Development Indicators: “Um índice composto que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano -. longevidade e vida saudável, conhecimento e um padrão de vida decente.”

³ Programa Das Nações Unidas para o Desenvolvimento- Brasil. Site oficial: <http://www.pnud.org.br/>

⁴ PNUD Brasil - <http://www.pnud.org.br/idh/>.

educação secundária com idade igual ou superior a 25 anos, ficando atrás de países como a Jamaica e Argélia, que se situam em posições do IDH inferiores (80 e 84, respectivamente).

Ainda que esta não seja uma análise completa sobre o IDH brasileiro, pode-se afirmar de antemão que o Brasil possui considerável defasagem em seu sistema educacional e que, sem sombra de dúvidas, interfere negativamente no desenvolvimento econômico do país.

Além disso, deve-se ressaltar o desequilíbrio entre o PIB *per capita* e o IDH. Segundo o IBGE, o Brasil ocupa a sétima posição entre as maiores economias do mundo, com o PIB *per capita* em 2010 equivale a R\$19.016,00⁵. Dessa forma, podemos afirmar que o país não traduz sua renda em desenvolvimento humano, ainda que os investimentos em educação tenham aumentado consideravelmente a partir dos anos 90, como será apresentado no capítulo 3.

2.2 – Crescimento Econômico

O crescimento econômico define-se pelo “crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo⁶”, ou seja, existe uma quantidade de produtos e serviços disponíveis para a população que ultrapassa o crescimento populacional.

A renda *per capita* é um bom indicador do bem-estar e do padrão de vida de uma população, ainda que apresente falhas, uma vez que países – como os do Oriente Médio – possam não ter o melhor padrão de vida, ainda que possuam altos valores da renda *per capita*.

Os fatores econômicos mais importantes para o crescimento são o capital humano e o capital físico. O valor do capital humano é “o valor do ganho de renda potencial incorporado nos indivíduos⁷”, ou seja, é a capacidade e a habilidade adquirida por um trabalhador. Já o capital físico consiste no maquinário e equipamentos.

As principais fontes de crescimento são: “o aumento na força de trabalho (quantidade de mão-de-obra), derivado do crescimento demográfico e da imigração; o aumento do estoque de capital, ou da capacidade produtiva; melhoria na qualidade da mão-de-obra, por meio de programas de educação, treinamento e especialização e; eficiência organizacional, ou seja, eficiência na forma como os insumos interagem.⁸”

⁵ IBGE -

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1830&id_pagina=1

⁶ VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. Op.Cit. Pg. 420

⁷ VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. Op.Cit. Pg. 404

⁸ VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. Op.Cit. Pg. 404

Ainda que esse estudo não seja direcionado ao detalhamento de modelos macroeconômicos, podem ser de grande uso na explicação e desenvolvimento do texto. Por esse motivo, selecionamos o Modelo de Solow como base dos estudos sobre crescimento econômico, de acordo com a conveniência do modelo e a finalidade de nossa pesquisa, que será abordado a seguir.

O objetivo principal da apresentação desse modelo é conferir base empírica para o estudo proposto, e não desenvolvê-lo e discuti-lo. Ainda que existam modelos de crescimento econômico mais completos e complexos, julgamos ser adequado desenvolver apenas o Modelo de Solow.

2.2.1 – O Modelo de Solow

O esquema proposto por Solow apresenta a função de produção pela função $Y=(K, AL)$, em que o produto (Y) é função do estoque de capital (K) da mão-de-obra (L) e da tecnologia (A).

Uma importante hipótese acerca do Modelo de Solow é que o progresso tecnológico é um fator exógeno, ou seja, é um fator que interfere na economia sem que outros acontecimentos que também afetam a economia sejam levados em consideração.

Assim, Solow demonstrou que o produto per capita é uma função crescente da razão entre trabalho e capital, sendo que a força de trabalho cresce a uma taxa exógena ao modelo.

Considerando a tecnologia como um fator exógeno, podemos retornar à função neoclássica, em que $Y=F(K,L)$ e que esta possui retornos constantes de escala⁹, pode-se deduzir que o investimento por trabalhador corresponde à propensão marginal a poupar multiplicada pelo produto do trabalhador.

Dessa forma, quando o nível de investimento *per capita* é igual ao nível de depreciação do capital *per capita*, cria-se um estado estacionário de longo prazo, onde não existe nem crescimento do produto e nem estoque de capital por trabalhador.

Para sair desse estado estacionário para outro estado estacionário, em que os valores de estoque de capital e do produto por trabalhador sejam mais elevados, é necessário aumentar a taxa de poupança. Ao elevar essa taxa, haverá um alargamento de capital¹⁰, que conseqüentemente resultará em um crescimento de um estado estacionário para o outro.

⁹ JONES, Charles I. Op.Cit. Pg. 18

¹⁰ Quando, em um estado estacionário, existe um aumento do capital.

Outro aspecto que também altera o estado estacionário é a elevação da taxa de crescimento demográfico, que reduz a razão de capital/trabalho. Dessa forma, um aumento na taxa de poupança ocasionaria o aprofundamento do capital¹¹, necessário ao crescimento.

Então, como explicar o fato de que as economias possuem crescimento sustentado, ou seja, no crescimento no produto *per capita*? Segundo Jones, “a resposta está no progresso tecnológico. [...] sem progresso tecnológico o crescimento per capita acabará na medida em que comecem a manifestar-se os retornos decrescentes ao capital. Contudo, o progresso tecnológico pode compensar a tendência declinante do produto marginal do capital e, no longo prazo, os países crescem à taxa do progresso tecnológico”.¹²

Contudo, o Modelo de Solow poderia ser melhor, ao incluir o capital humano como um ajuste do modelo proposto anteriormente por Solow, ao reconhecer que “a mão-de-obra de diferentes economias tem diferentes níveis de instrução e qualificação.”¹³ Dessa forma, o produto obtido é uma combinação entre o trabalho qualificado, o capital físico e uma taxa de desenvolvimento tecnológico constante e exógena.

Nesse modelo ajustado, as pessoas acumulariam capital humano ao dedicar-se ao aprendizado e a conquista de novas habilidades.

Enfim, o estudo da aplicação do Modelo de Solow ampliado buscou explicar as diferenças econômicas entre os países de forma mais abrangente, afirmando que “alguns países são ricos porque têm altas taxas de investimento em capital físico, despendem uma parcela considerável de tempo acumulando habilidades, baixas taxas de crescimento populacional e altos níveis de tecnologia.”¹⁴

Ainda que o Modelo de Solow não seja o mais completo estruturalmente para explicar o crescimento econômico, dadas as hipóteses da existência de fatores exógenos que simplificam o modelo, fornece argumentos suficientes para afirmar que o crescimento constante dos níveis de vida é consequência da tecnologia, sendo base para muitos outros estudos que envolvem a questão do capital humano.

Da mesma forma, podemos considerar o Modelo de Solow como um suporte à nossa pesquisa, uma vez que se, como dito anteriormente, o crescimento econômico é um ótimo indicador do bem-estar e do padrão de vida de uma população e que este dependa fortemente

¹¹ Quando o capital por trabalhador aumenta.

¹² JONES, Charles I. Op.Cit. Pg. 36

¹³ JONES, Charles I. Op. Cit. Pg. 44

¹⁴ JONES, Charles I. Op.Cit. Pg. 47

dos investimentos em capital humano, corrobora nossa afirmação de que os investimentos em recursos humanos influenciam o desenvolvimento econômico.

2.3 – Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico pode ser definido por “um processo de transformação econômica, política e social, por meio do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a se tornar automático e autônomo¹⁵”, a fim de elevar o bem-estar da coletividade.

Segundo Rocha, o processo de desenvolvimento econômico ocorre quando observa-se, ao longo do tempo, a existência de:

- “crescimento do bem-estar econômico, medido por meio dos indicadores de natureza econômica, como, por exemplo: [...] produto nacional per capita;
- diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade;
- elevação das condições de saúde, nutrição, educação e moradia;”¹⁶

Ao contrário do crescimento econômico, o desenvolvimento econômico deve considerar não só indicadores econômicos, mas também variáveis sócio-políticas que explicam o aspecto conjuntural de um país.

Dessa forma, podemos inferir que essas variáveis relacionam-se entre si, ou seja, fatores econômicos – como a renda – podem influenciar positivamente a melhoria de questões sócio-políticas – como o potencial produtivo de uma pessoa – que por sua vez pode conduzir a uma melhoria econômica.

2.3.1. – Desenvolvimento como Liberdade

Nesse sentido, Amartya Sen aborda o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”.¹⁷ Tal liberdade depende das disposições sociais, políticas e econômicas, ou seja, Sen afirma que considerar o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) ou o aumento da renda individual como fatores de desenvolvimento econômico é uma visão restrita, sendo que outros fatores – como educação, saúde e participação política – possuem características determinantes que influenciam no desenvolvimento.

Nas próprias palavras do autor:

¹⁵ ROCHA, Fernando José Meira. Op.Cit. Pg. 64

¹⁶ ROCHA, Fernando José Meira. Op.Cit. Pg. 64

¹⁷ SEN, Amartya. Op.Cit. Pg. 17

“A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.”¹⁸

Por meio das liberdades individuais, as pessoas podem agir como *agentes* que podem realizar mudanças sociais, políticas e econômicas, ao passo que os indivíduos participam das decisões e escolhas públicas que ocasionam progressos de tais oportunidades.

Em outras palavras, as liberdades individuais são, ao mesmo tempo, “componentes constitutivos do desenvolvimento¹⁹” e instrumentos para o desenvolvimento, ou seja, “determinadas metas de desenvolvimento são ao mesmo tempo instrumento do processo de desenvolvimento, compondo o que poderia ser caracterizado como um sistema de círculos virtuosos (ou viciosos, se considerada sua ausência)²⁰”.

Segundo Sen, dependendo do nível de desenvolvimento de um país, essa condição de agentes pode ser limitada, uma vez que as oportunidades existentes são menores. Isso ocorre, principalmente, porque muitas pessoas ainda são privadas de tal liberdade, com pouco acesso a serviços de saúde, educação, e poucos direitos civis.

Não podemos negar o impacto do baixo nível de renda no desenvolvimento. Entretanto, devemos considerar o crescimento do nível de renda como um meio pelo qual as liberdades individuais sejam ampliadas, funcionando assim como um motor para o crescimento econômico.

A relação entre renda e capacidade é importantíssima, uma vez que capacidade de um indivíduo pode ser um meio de se obter aumentos na sua renda, uma vez que pessoas mais capacitadas tendem a ser mais produtivas e, como consequência, auferir maiores níveis de renda.

Como afirma Sen, “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, mais será a probabilidade de que mesmo os potencialmente mais pobres tenham uma chance maior de superar a penúria²¹”. Seus maiores exemplos são o Japão,

¹⁸ SEN, Amartya. Op.Cit. Pg. 19

¹⁹ ROCHA, Fernando José Meira. Op.Cit. Pg. 68

²⁰ ROCHA, Fernando José Meira. Op.Cit. Pg. 68

²¹ SEN, Amartya. Op.Cit. Pg. 113

Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura, que possuíam uma base social que sustentou as oportunidades de crescimento econômico em todos os níveis sociais.

Nesse contexto, o papel das políticas públicas é imprescindível, a partir da premissa de que as ações governamentais surgiriam como iniciativas à ampliação das liberdades por meio de programas que incentivam ou até mesmo impõem à população buscar melhorias, principalmente no que diz respeito à educação.

Em suma, como o próprio autor explicita em seu texto, a inclusão da análise das liberdades individuais como meio para o processo de desenvolvimento não pode ser traduzida em uma fórmula simples, mas sim em um “princípio organizador que monta todas as peças em um todo integrado²²”, e que por esse motivo, possui um conceito amplo e diversificado. A educação, como parte crucial da criação de capacidades individuais, está contida nessa análise como um dos fatores-chave para a mudança social, o progresso econômico e o desenvolvimento.

2.4. – Considerações sobre Crescimento Econômico e Educação

Diante do apresentado até agora nesse trabalho, podemos claramente inferir que a educação formal possui importância significativa para o desenvolvimento econômico. Ao incentivar e investir em educação, um país pode *criar* pessoas que possuam capacidades para inovar e inventar, a partir de idéias que envolvem as áreas da tecnologia, da política e até mesmo da cultura.

Ao comparar os países desenvolvidos com os países em desenvolvimento, uma das questões principais engloba as diferenças sociais existentes entre eles. Sem uma base consolidada da população que possa assegurar o retorno crescente de investimentos na economia, muitas das tentativas de desenvolvimento econômico podem ser em vão, e tais investimentos desperdiçados.

Isso se deve ao fato de que “o desenvolvimento econômico caracteriza-se justamente por melhorias na qualidade de vida e no bem-estar da população, envolvendo o crescimento e o bem estar econômico”.²³

Sen complementa essa idéia, afirmando que o desenvolvimento humano não só traz melhorias diretas na qualidade de vida de uma população, mas também interfere

²² SEN, Amartya. Op.Cit. Pg. 336

²³ ROCHA, Fernando José Meira. Op.Cit. Pg. 77

positivamente na capacidade e na habilidade produtiva da mesma, e conseqüentemente no crescimento econômico.

Dessa forma, podemos concluir que os investimentos em educação poderiam funcionar como uma alavanca ao desenvolvimento, uma vez que a população mais habilitada e mais qualificada passa a servir de base para tornar os investimentos em capital mais eficientes.

A fala de Rocha corrobora essa idéia:

*“A educação formal é encarada como um processo de um sistema integrado de geração e transferência de conhecimento, sendo outros elos as instituições de pesquisa e o sistema produtivo propriamente dito. Esses diferentes elos não estão diretamente organizados em diferentes instituições, com funções especializadas, mas mesclam-se uns aos outros. As inovações na organização desse sistema podem acelerar o crescimento econômico, pela melhor integração entre os elos.”*²⁴

Uma das dificuldades que podem existir referem-se à necessidade de se decidir como e quanto investir, dependendo da demanda de cada país por investimentos em educação, e de que maneira esse investimento afetará a produção no longo prazo, tendo em vista as incertezas.

Além disso, países em desenvolvimento tendem a ter de recursos econômicos escassos, o que exige investimentos mais eficientes. Por possuir poucos recursos, muitos países – inclusive o Brasil – desconsideram a real importância dos investimentos em capital humano como fator significativo ao desenvolvimento econômico, levando em conta os efeitos no curto – e não no longo prazo – e a impossibilidade de mensurar os retornos futuros. Por esse motivo, é difícil visualizar o quão rentável pode ser um investimento em educação.

Entretanto, deve-se levar em conta a importância e os impactos conhecidos dos investimentos em educação. Segundo Rocha, “a educação é o bem mais durável do que a maioria dos outros bens, podendo durar 40 anos ou mais de trabalho produtivo. Além disso, o estoque de educação pode aumentar não apenas pela elevação do nível de educação da população, como também pela elevação da parcela de educação que está incorporada nos trabalhadores mais jovens²⁵”, ou seja, os jovens que ingressam no mercado de trabalho

²⁴ ROCHA, Fernando José Meira. Op.Cit. Pg. 84

²⁵ ROCHA, Fernando José Meira. Op. Cit. Pg.91

sempre terão mais educação do que a força de trabalho antiga, o que confirma a durabilidade do investimento, considerando também a inovação de conceitos.

Em outras palavras, deve-se ressaltar que o capital humano está mais relacionado como um meio do que um fim, e que o papel dos seres humanos como instrumentos que podem trazer resultados diretos e indiretos – “diretos para o bem-estar e a liberdade das pessoas; indireto, influenciando a mudança social e; indireto, influenciando a produção econômica.”²⁶ (grifo nosso)

Assim, reforçamos aqui o papel econômico do capital humano, além de ampliarmos os seus resultados obtidos para a melhoria do desenvolvimento humano, como fator fundamental na construção do indivíduo e de seu país.

3 – Educação

Conforme dito no Pré-Projeto, o primeiro semestre do trabalho consistiria em buscar dados sobre a educação no Brasil a partir dos anos 90 e no século XXI, baseando-se em perspectivas históricas que explicariam o desenvolvimento do país em relação ao tema.

Por esse motivo, após de um estudo de variáveis e indicadores econômicos que possam explicar boa parte da questão levantada no trabalho, partiremos para a análise histórica dos investimentos em educação e o crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, para posteriormente ligar esses dois capítulos (2 e 3) por meio de uma análise dos reflexos dos investimentos em educação na melhoria do desenvolvimento econômico.

Para isso, realizei pesquisas na literatura, a fim de encontrar dados e interpretações sobre o histórico da educação no Brasil, ampliando o período de estudo até a década de 30, para melhor compreender as características passadas e obter maior capacidade de analisar as mudanças que ocorreram na história recente, mais precisamente a partir dos anos 90.

As principais fontes de dados foram o IBGE e o IPEA, selecionados por conter a maior quantidade de dados atuais sobre o tema. Além destas, dados do livro “Fatos Sobre a Educação no Brasil – 1994 a 2001”, publicado pelo Ministério da Educação, que fornece informações precisas sobre a educação no período referente, com dados específicos e com

²⁶ ROCHA, Fernando José Meira. Op.Cit. Pg. 99

detalhamento de acordo com os níveis de ensino, além de artigos do Banco Mundial, como “Knowledge and innovation for competitiveness in Brazil”, de Rodriguez, Dahlman e Salmi, e “Grandes Pasos En Un Gran País: Brasil Consigue Importantes Logros En El Proceso De “Educación Para Todos””, ampliando a análise com uma visão global do país em relação ao tema.

A principal base literária desta parte do trabalho baseia-se na obra de Cláudio de Moura Castro, “Educação Brasileira – Consertos e Remendos”, que aborda os diversos segmentos do sistema educacional brasileiro, analisando criticamente seus progressos e retrocessos e as principais consequências sócio-econômicas. A idéia central da obra, que surgiu como principal pressuposto para a minha escolha pode ser representada por:

“Os países que cuidam bem da sua educação são justamente aqueles que estão tendo sucesso econômico. Isso é ainda mais verdade hoje, com a adoção crescente de formas de organização complexas e novas tecnologias de produção. Países como o Brasil, que iam razoavelmente bem, apesar de seu fraco desempenho educativo, parecem ter hoje as mesmas chances de êxito.”²⁷”

Em outras palavras, existem muitos aspectos negativos que ainda circundam a educação brasileira. No entanto, as mudanças no sistema educacional – principalmente a partir da década de 90 – foram fundamentais para desencadear melhorias no desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, podemos reforçar o modelo de crescimento econômico, uma vez que maiores investimentos em capital humano interferem positivamente no desenvolvimento econômico.

3.1 – Histórico da Educação no Brasil a Partir dos Anos 90

A década de 80 foi um período economicamente significativo para o Brasil. Passamos do período do milagre econômico para uma década de recessão econômica, com a inflação a níveis altíssimos. Nesse contexto, a educação nacional sofreria mudanças significativas e negativas, uma vez que a principal preocupação do governo estava voltada para a contenção inflacionária em detrimento das questões sociais existentes.

²⁷ CASTRO, Claudio de Moura. Op.Cit. Pg. 21

Entretanto, o Brasil parece ter voltado as suas atenções à educação. A Constituição Federal de 1988 enuncia o direito à educação como um direito social, colocando a questão do acesso, da qualidade e do financiamento da mesma na responsabilidade do Estado.

Já na década de 90 o país começa a se inserir na nova divisão internacional da economia mundial, devido, principalmente, à abertura econômica e privatizações a partir do governo Collor e intensificada no governo Fernando Henrique Cardoso. Da mesma forma, a educação passa por diversas reformas como, por exemplo, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Seguindo a diretriz neoliberal de FHC, a educação passou a ser vista como pertencendo à esfera do mercado, tornando-se objeto de políticas preconizadas por órgãos como o FMI e a UNESCO.

Nesse período, mudanças significativas ocorreram em todos os níveis de ensino. Segundo o Ministério da Educação, entre 1994 e 2001 a mudança mais importante se refere à universalização do acesso à escola, com destaque para o ingresso dos mais pobres.

De acordo com o Ministério da Educação e com o Banco Mundial, em 1992 a escolarização das crianças das famílias mais pobres era 22% inferior às das famílias mais ricas. Em 1999, esse quadro foi revertido, quando a taxa do mesmo (grupo das famílias mais pobres) subiu dezoito pontos percentuais, reduzindo a diferença para 6%.

Tabela 1 – Taxa de Escolarização Líquida²⁸

Ensino Fundamental	
Brasil 1994-2000	
Ano	Taxa de Escolarização Líquida
1994	87,5
2000 ²⁹	96,3
Fonte: Ministério da Educação	

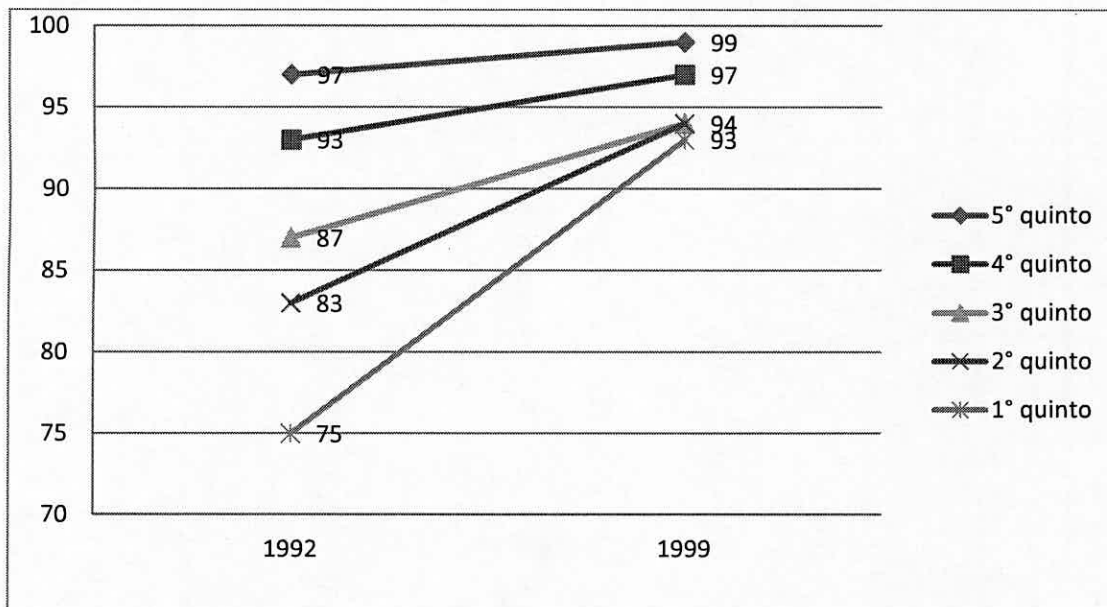
Segundo dados da Tabela 1, a taxa de escolarização líquida aumentou 8,8% no governo FHC, atingindo 96,3% da população real de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental. Isso representou um enorme avanço na educação, visto que os índices na década anterior variavam entre 80 e 84%.

Além disso, conseguiu-se superar a meta estabelecida pelo Plano Decenal de Educação para Todos, que previa elevar essa taxa a 94% em 2003.

²⁸ Percentagem da população na faixa etária de 7 a 14 anos matriculada no Ensino Fundamental. (IBGE)

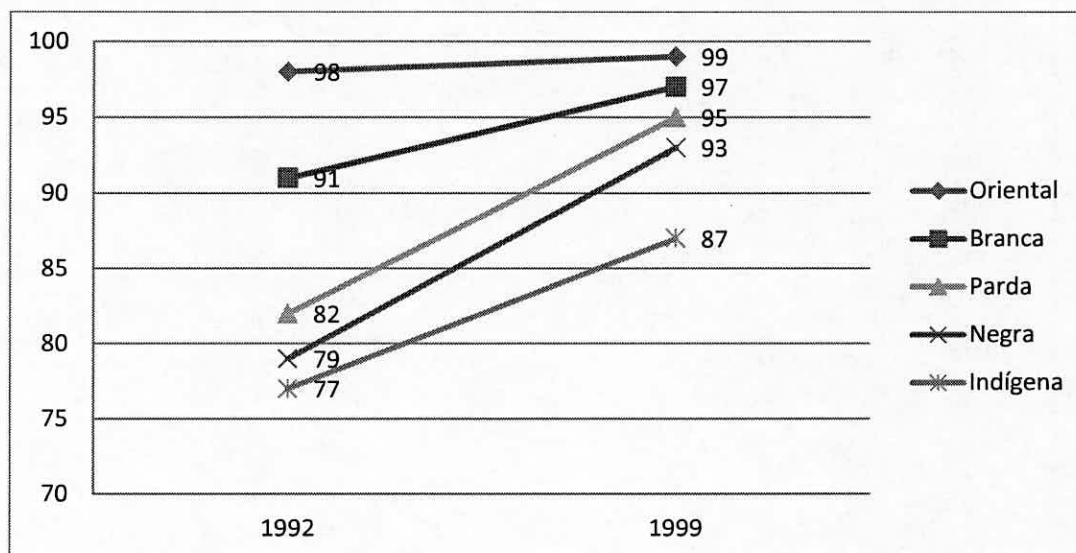
²⁹ Dados estimados

Gráfico 1 – Frequência na Escola de Crianças de 7 a 14 anos, por níveis de renda



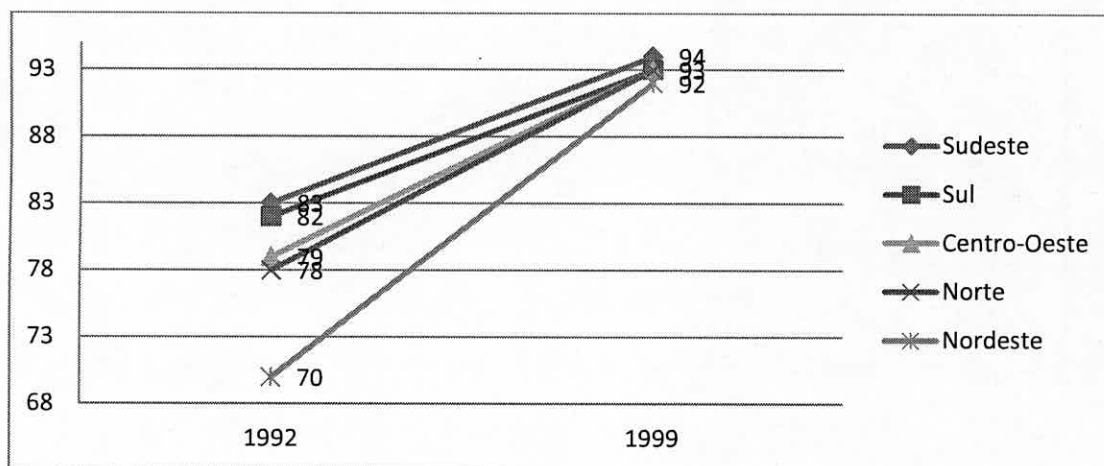
Fonte: Ministério da Educação

Gráfico 2- Frequência na Escola de Crianças de 7 a 14 anos, segundo cor



Fonte: Ministério da Educação

Gráfico 3 – Frequência na Escola do 1º Quinto de Renda (20% mais pobres) - Crianças de 7 a 14 anos, por região



Fonte: Ministério da Educação

Ao analisarmos as tabelas anteriores, podemos concluir que a universalização do acesso atuou de forma a minimizar as desigualdades existentes no sistema educacional, sejam elas econômicas, raciais ou regionais. Em relação aos níveis de renda, a amplitude da frequência na escola, que era de 22% em 1992, foi modificada para apenas 6% até 1999. Seguindo o mesmo raciocínio, a amplitude entre raças era 21% em 1992, calculada em 12% em 1999. Da mesma forma, a análise por região alterou tais valores de 13% em 1992 para 2% em 1999.

3.1.1 – Educação Básica

De acordo com Moura, ainda que muitos dados apontem que muitos alunos brasileiros não possuam a capacidade de desenvolver as competências básicas de leitura e matemática, muitos progressos ocorreram no sistema educacional, bem como o aumento das taxas de matrícula, os níveis de escolaridade e os efetivos escolares. Assim, pode-se afirmar que o principal problema existente no contexto da educação não diz respeito a essa questão, mas sim à qualidade suficiente para atrair e instruir as gerações futuras, que entrarão na escola em breve.

Um dos pontos mais importantes do período refere-se à criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que possibilitou a integração de creches no sistema educacional brasileiro. Além disso, foi colocado em prática um processo de regularização dos cadastros e das matrículas, permitindo que um maior número de crianças pudesse iniciar sua vida escolar.

O ensino pré-escolar aumentou em 9%, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, atingindo mais de um milhão de crianças atendidas.

A tabela 2 contém os dados detalhados sobre a Matrícula na Educação Infantil, subdividida em Creche e Pré-Escola. A partir desses dados podemos notar o grande crescimento do número de matriculados, principalmente após a regularização do sistema de matrículas.

Tabela 2 – Matrícula na Educação Infantil no Brasil de 1994 a 2001

Matrícula na Educação Infantil		
Brasil 1994-2001		
Ano	Matrícula na Educação Infantil	
	Creche	Pré-Escola
1994	*****	4002672
1998	381804	4111120
2001	1092681	4815431
Cresc. % 1998/2001	186%	17%
Cresc. % 1994/2001		20%

Fonte: Ministério da Educação

Assim como no ensino pré-escolar, o ensino fundamental recebeu mais de cinco milhões de novas matrículas, o equivalente a 16%. Como consequência, o nível escolar melhorou e uma quantidade maior de alunos está concluindo o ensino médio. A tendência é diminuir as matrículas nas séries de 1ª a 4ª, enquanto nas séries de 5ª a 8ª surge um período de estabilidade, uma vez que todos os alunos matriculados entre 1994 e 1999. O tempo médio de conclusão do ensino fundamental (composto de oito anos), que era de onze anos, diminuiu ano a ano. O atraso escolar, que era equivalente a 60% em 1994, baixou para 42% no em 2000.

Tabela 3 – Ensino Fundamental – Matrículas e Concluintes – 1994 a 2001

Ensino Fundamental		
Matrículas e Concluintes		
Brasil 1994-2001 (em mil)		
Ano	Ensino Fundamental	
	Matrícula	Concluintes
1994	32,008.00	1,588.00
2001	35,370.00	2,647.00
Cresc. % 1994/2001	11%	67%

Fonte: Ministério da Educação

Além disso, o fluxo de alunos na passagem pelo ensino básico obteve melhoras, como mostra a Tabela 4. Na primeira série do fundamental, a repetência diminuiu 6%, enquanto na quinta série caiu 12%. Isso só foi possível graças a projetos como o Programa Bolsa Escola e a implantação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que permitiram a continuidade dos estudos por parte dos alunos e o ensino de qualidade.

Tabela 4 – Ensino Fundamental – Taxas Médias de Promoção, Repetência e Evasão – 1955 a 1999

Ensino Fundamental			
Taxas Médias de Promoção, Repetência e Evasão (%)			
Brasil 1995 – 1999			
	Ensino Fundamental		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	64,5	30,2	5,3
1999	74,6	21,6	4,8

Fonte: Ministério da Educação

3.1.2 – Ensino Médio

De acordo com os dados abaixo, quanto às matrículas, o ensino médio aumentou em 71% o número de matrículas, desde 1994, atingindo mais de oito milhões de matriculados. Da mesma forma, o número de concluintes aumentou 102%. Ainda existe um número expressivo de alunos não concluem seus estudos, mas esse grupo de estudantes buscou o ensino de jovens e adultos como uma saída para a conclusão do ensino básico. Por esse motivo, os índices do Supletivo aumentaram significativamente, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Matrícula e Concluintes no Ensino Médio – 1994 a 2001

Matrícula e Concluintes		
No Ensino Médio		
Brasil 1994 – 2001		
ANO	Ensino Médio (Regular)	
	Matrículas	Concluintes
1994	4936211	917298
2001	8417007	1853343
Cresc. % 1994/2001	71%	102%
ANO	Ensino Médio (Supletivo)	
	Matrículas	Concluintes
1995	340046	76413
2001	1000769	380563
Cresc. % 1995/2001	194%	398%

Fonte: Ministério da Educação

Como conclusão, podemos afirmar que o Ensino Médio consolidou sua imagem como a continuidade necessária após o Ensino Básico, elevando o nível de estudo da população, bem como a média de anos de estudo, como será apontado mais adiante.

3.1.3 – Ensino Superior

No período de 1994 a 2001, um milhão de estudantes ingressou no Ensino Superior, de uma forma tão intensa que supera até mesmo números de décadas como, por exemplo, nos anos 80 (12%). Entretanto, a diferença entre o ensino fundamental e o ensino superior está na expressividade das instituições públicas, que obtiveram um aumento de 86% nas suas matrículas, pois possibilitam o acesso aos mais diversos cursos.

Tabela 6 – Ensino Superior – Matrículas na Graduação – 1994 a 2000

Ensino Superior				
Matrículas na Graduação				
Brasil 1994-2000				
	Total	Instituições Públicas	Instituições Federais	Instituições Privadas
1994	1661034	690450	363543	970584
2000	2694245	887026	482750	1807219
Cresc. 1994/2000	62%	29%	33%	86%

Fonte: Ministério da Educação

Segundo dados do Ministério da Educação, o número de alunos que concluem o curso superior também aumentou, chegando a 32%. Esse foi um passo muito importante e significativo para a educação no Brasil, visto que o ensino superior, assim como os cursos de

pós graduação é de suma importância para a formação de profissionais cada vez mais qualificado para o mercado de trabalho. De acordo com o Ministério da Educação, para cada 100 alunos que ingressavam no curso de graduação em 1989, 64 concluíam em 1994. Esse quadro se altera em 1999, quando o número de ingressantes em 1994 é 100, os concluintes são 70. Esses valores são mais acentuados para as instituições públicas do que para as particulares, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Ensino Superior – Concluintes na Graduação – 1994 a 1999

Ensino Superior				
Concluintes na Graduação				
Brasil 1994 – 1999				
	Total	Instituições Públicas	Instituições Federais	Instituições Privadas
1994	254887	87862	42753	158025
2000	324734	112451	59098	212283
Cresc. % 1994/2000	32%	28%	38%	34%

Fonte: Ministério da Educação

Da mesma forma que o número de alunos cresce, aumenta a demanda por elevada titulação do corpo docente. Em 2001, 50% das funções docentes possuíam grau de mestre ou doutor, sendo que os últimos representam 20% do total, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 – Ensino Superior – Qualificação Docentes em Exercício – 1994 a 1999

Ensino Superior								
Qualificação Docentes em Exercício								
Brasil 1994 – 1999								
	TOTAL				FEDERAL			
	Docentes com doutorado		Docentes com mestrado ou doutorado		Docentes com doutorado		Docentes com mestrado ou doutorado	
1994	21326	15%	54857	39%	9147	21%	24046	55%
1999	34937	20%	85786	49%	14651	31%	31147	67%
Cresc. % 1994/1999	64%		56%		60%		30%	

Fonte: Ministério da Educação

Quanto ao volume de matriculados, o período foi caracterizado por um crescente aumento, como mostra a Tabela 9, tanto no número de cursos quanto no número de matrículas, principalmente nas Instituições Federais. Esse fato é de grande importância, uma vez que reforça o papel do Estado em melhorar a qualidade do sistema como um todo.

Tabela 9 – Ensino Superior – Pós Graduação – Matrículas – 1994 a 2000

Ensino Superior						
Pós-Graduação						
Matrículas						
Brasil 1994 – 2000						
	TOTAL			FEDERAIS		
	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado	Doutorado	Total
1994	40027	17361	57338	23298	6941	30239
2000	63614	33004	96618	45351	17065	62416
Cresc. % 1994/2000	59%	90%	68%	95%	146%	106%

Fonte: Ministério da Educação

Segundo o Ministério da Educação, o número de pós-graduados no Brasil passou de 9.581 em 1994 para 23.918 em 2000. Isso se deve, principalmente, à participação crescente do país na produção científica mundial, ocupando a 21ª posição em 2000, com 1,33% de participação e produção de 9,5 mil artigos.

Em outras palavras, podemos dizer que, no período em questão, o Ensino Superior passou a ser notado como uma oportunidade de desenvolver diferenciais de cunho profissional, com o objetivo de se destacar no mercado de trabalho por meio do desenvolvimento intelectual. Muitos brasileiros que antes só concluíam, no máximo, até o Ensino Médio, vêm no Ensino Superior – tanto a graduação quanto a pós-graduação – a possibilidade de se sobrepôr à grande quantidade da população economicamente ativa em busca de emprego.

3.2 - Dados da Educação Brasileira No Século XXI

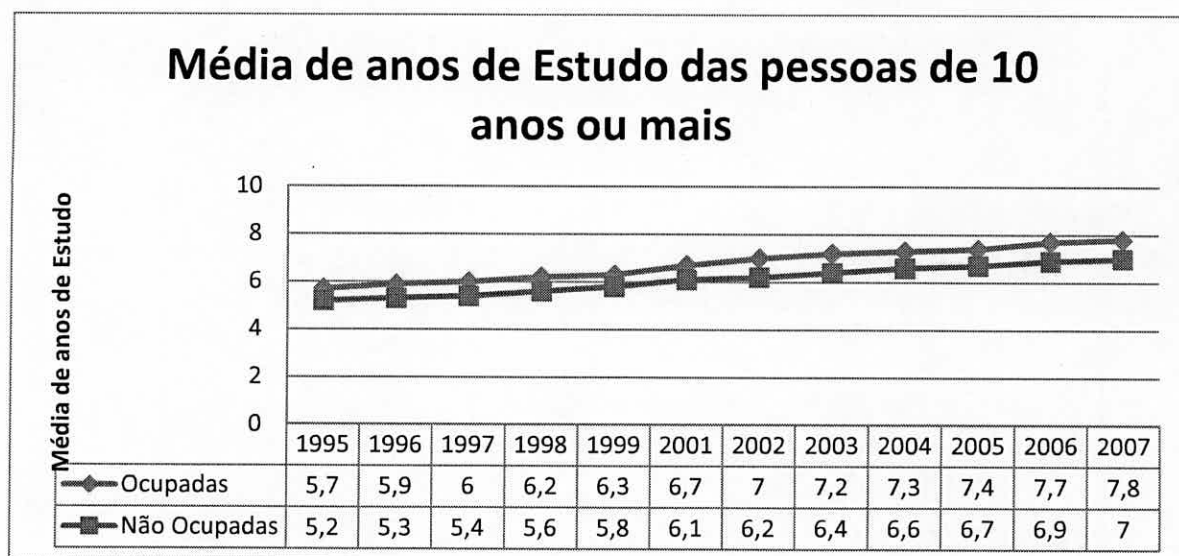
No século XXI os valores relacionados ao aumento do número de estudantes e dos anos de estudo continuaram a subir, enquanto as taxas de analfabetismo diminuíram, seguindo a tendência dos anos 90. Segundo dados do IBGE, em 2007 a média de estudos das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas aumentou 36,84% em relação a 1995, e 34,61% nas não ocupadas, como mostra o Gráfico 4.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) confirmam que, em 2009, o total de Matrículas no Sistema Educacional totalizou 52.580.452 estudantes, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

Tal informação é corroborada com a Tabela 10, confirmando que o nível de escolaridade das pessoas com 15 anos ou mais aumentou, fazendo com que a porcentagem de 8 anos ou mais de estudo ultrapassasse 50% em 2006. Este fato é extremamente relevante, uma vez que o número de anos que compõem o Ensino Básico corresponde à oito anos. Dessa

forma, mais pessoas estão concluindo o curso e dando continuidade aos estudos com o Ensino Médio e posteriormente o Ensino Superior.

Gráfico 4 – Média de Anos de Estudo das Pessoas de 10 anos ou mais – 1995 a 2007



Fonte: IBGE

Tabela 10 – Nível de Escolaridade da População de 15 anos ou mais (%)

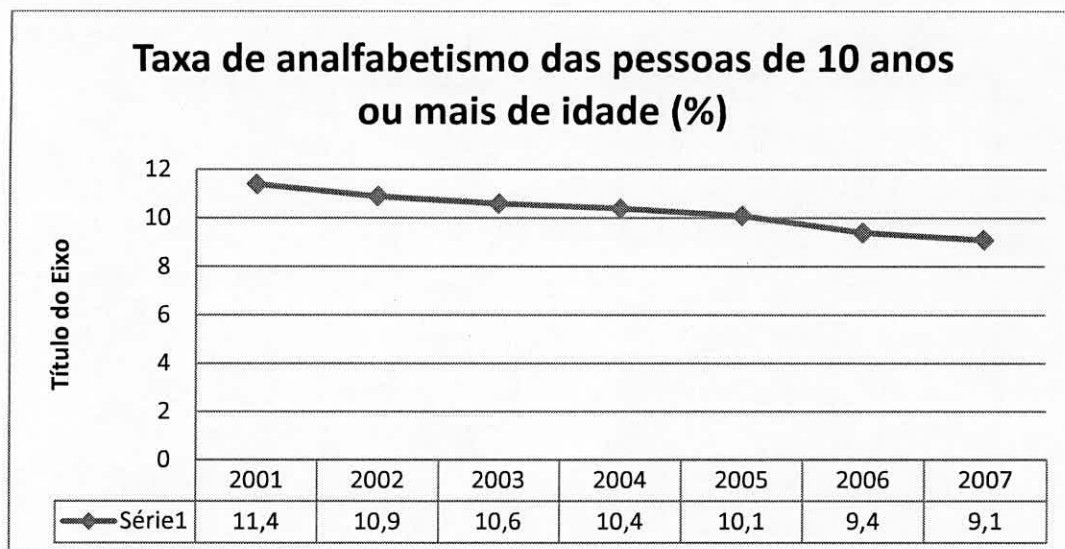
Ano	8 e mais anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	1 a 3 anos de estudo	Menos de 1 ano de estudo
1992	29.8	33.09	17.94	19.17
1993	30.65	33.54	17.94	17.87
1995	32.37	33.42	17.22	16.99
1996	34.56	32.8	15.91	16.74
1997	35.23	32.74	16.06	15.97
1998	37.34	31.99	15.57	15.1
1999	38.74	31.69	14.97	14.6
2001	42.35	30.11	13.64	13.9
2002	44.2	29.63	13.12	13.05
2003	46.36	28.67	12.31	12.67
2004	47.76	27.82	11.97	12.45
2005	49.03	27.44	11.63	11.91
2006	50.99	26.75	11.08	11.18

Fonte: IBGE

Como foi dito acima, a taxa de analfabetismo continuou a cair no Século XXI. Em 2007, atinge 9,1%, conforme o Gráfico 5. Da mesma forma, os Gráficos 6 e 7 apresentam

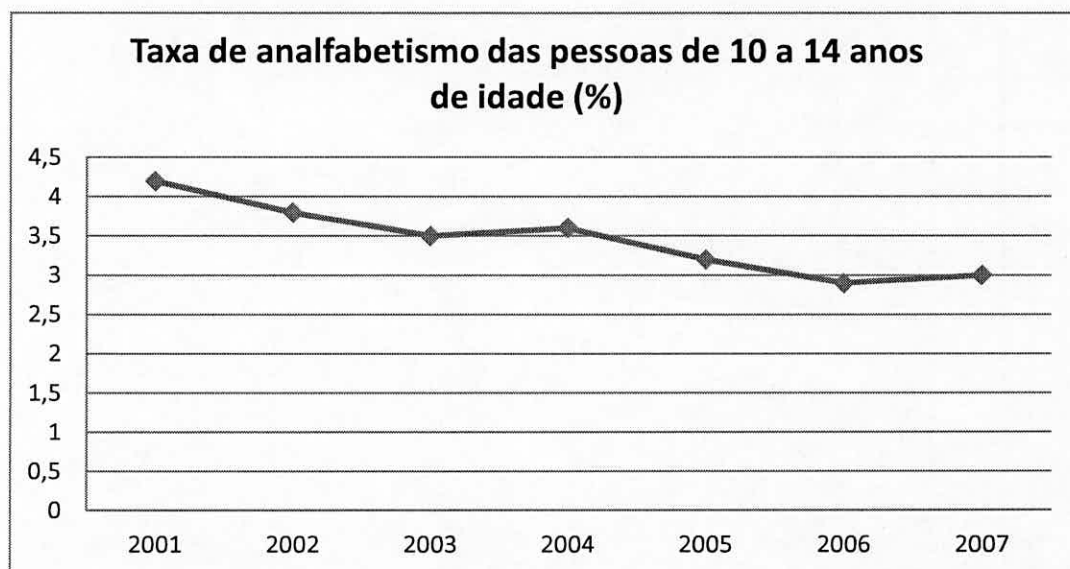
valores decrescentes da taxa de analfabetismo, tanto para pessoas de 10 a 14 anos quanto para pessoas com 15 anos ou mais. A interpretação desses dados podem concluir que, tanto para o Ensino Básico quanto para o Ensino Médio, mais pessoas se matricularam nos cursos.

Gráfico 5 – Taxa de Analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)



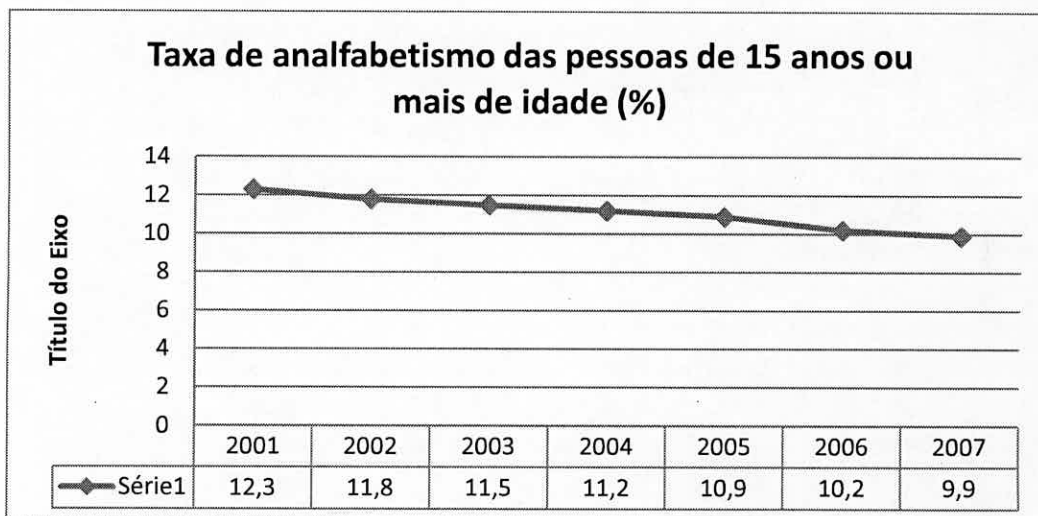
Fonte: IBGE

Gráfico 6 – Taxa de Analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade (%)



Fonte: IBGE

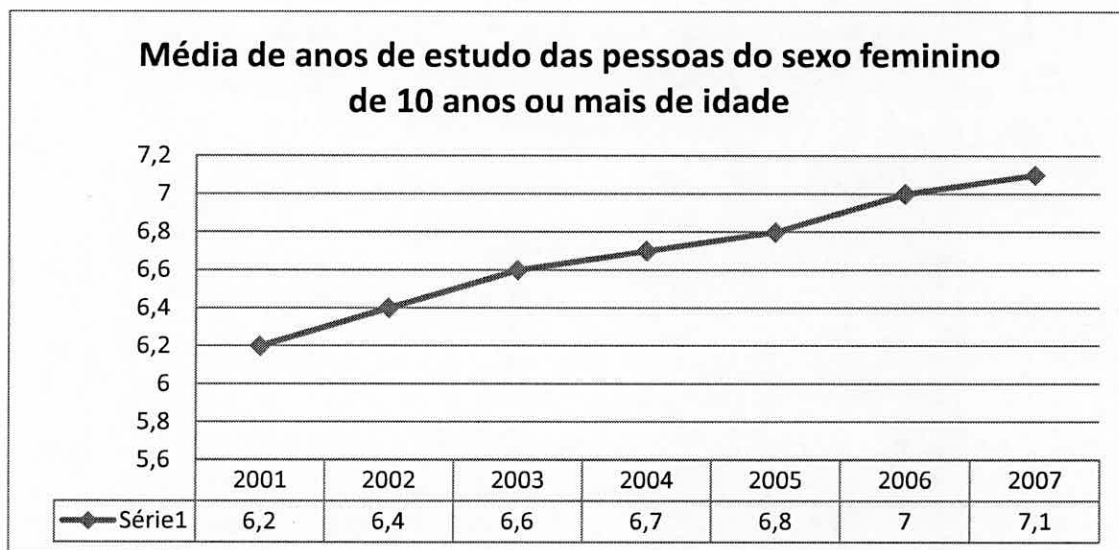
Gráfico 7 – Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)



Fonte: IBGE

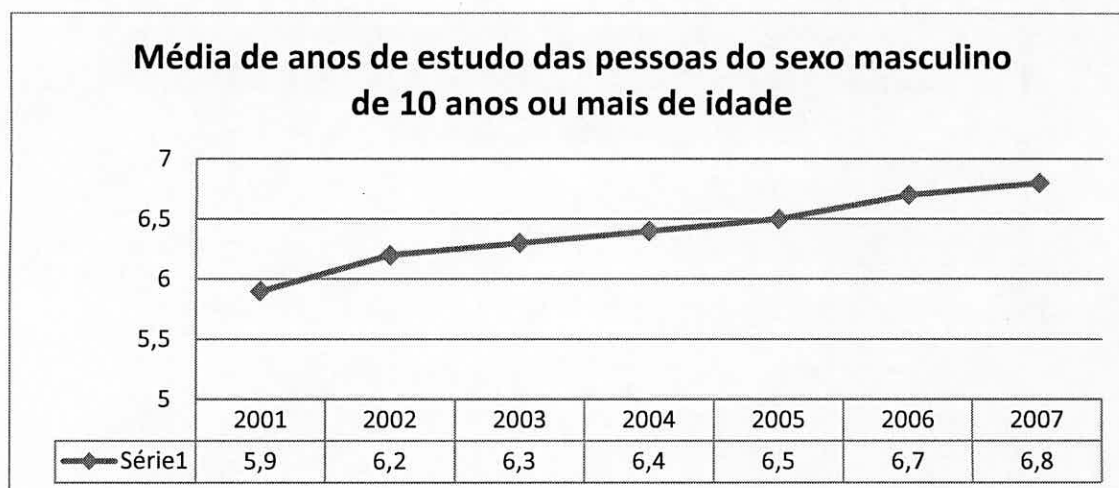
Um ponto que deve ser destacado é a média de estudo por gênero. De acordo com o IBGE, os anos de estudo de pessoas do sexo feminino é maior que as pessoas do sexo masculino, ambas seguindo um ritmo crescente ao longo dos anos. Isso se deve, principalmente, à inserção e a valorização da mulher no mercado de trabalho, demandando maior carga de estudos e conseqüentemente aumentando a média de estudos.

Gráfico 8 - Média de anos de estudo das pessoas do sexo feminino de 10 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE

Gráfico 9 – Média de anos de estudo das pessoas do sexo masculino de 10 anos ou mais de idade.



Fonte: IBGE

Mesmo com resultados positivos e com a constante ampliação do sistema educacional brasileiro, existem muitos aspectos importantes a serem desenvolvidos, uma vez que apenas uma parte da questão da educação no Brasil foi resolvida.

Segundo dados do INEP de 2001, o país gastava aproximadamente 5,5% do seu PIB. Países como Alemanha, França e Irlanda gastam o equivalente, enquanto a China, a Índia, o Japão e a Suíça gastam valores menores que este. Dessa forma, não podemos afirmar que tal dado ilustre com clareza os resultados no país, pois não garante que a quantia seja suficiente para atender às necessidades da educação, bem como a sua correta aplicação.

Da mesma forma, os dados apresentados nesse trabalho não são suficientes para comprovar que o nível da educação no país tenha melhorado muito. Embora o crescimento quantitativo de matriculados seja um importante passo em direção à melhoria na educação, não podemos afirmar que a qualidade de ensino tenha acompanhado essa mudança.

Assim como aponta o texto de Rodriguez, Dahlman e Salmi, o país fez progressos para a estabilidade macroeconômica, mostrando a capacidade do mesmo para produção de conhecimento e inovação. Entretanto, o quadro de políticas para incentivar o desenvolvimento de tais critérios não consegue acompanhar o ritmo de crescimento e equiparar-se à concorrência global. Assim, é necessário reavaliar as formas de investimento em educação, para corrigir as falhas de alocação dos recursos e aprimorar as políticas de desenvolvimento educacional.

Os desafios para a educação hoje são muito maiores que ampliar o número de alunos, uma vez que a sociedade moderna e o mercado de trabalho exigem muito mais dos indivíduos do que saber ler e escrever. Por esse motivo, não basta apenas melhorar a escola regular – como a criação de novas escolas, reformas de infra-estrutura e de material didático –, mas sim agir sobre a “escola empobrecida, burocratizada e desmotivada”³⁰.

Um bom exemplo da situação do ensino no Brasil está nos vestibulares. Eles são um importante elo entre o ensino médio – uma vez que refletem as mudanças ocorridas como, por exemplo, o aumento de alunos prestando vestibular - e o ensino superior – devido à valorização das Universidades e o aumento da demanda por vagas.

Da mesma forma, o vestibular reflete o despreparo – tanto do ensino médio quanto do ensino superior – para formar e disponibilizar vagas para os interessados. Há de se concordar que a questão-econômica do indivíduo influencia e delimita o perfil dos aprovados, uma vez que o destaque provém do Ensino Médio Particular. Como consequência, muitos candidatos não têm condições de concorrer à vaga de forma justa, uma vez que estão não foram preparados adequadamente, desde o Ensino Básico.

Por outro lado, o número de candidatos por vaga nos vestibulares exprime a insuficiência do Ensino Superior – principalmente nas Universidades Públicas – que não possuem número considerável de vagas para atender à demanda, ainda que o seu ensino seja de excelência. Como alternativa, existem muitas universidades particulares, porém muitos não têm condições para pagar as altas mensalidades das mesmas.

Uma solução encontrada atualmente é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que retira o caráter particularista dos vestibulares, avaliando os candidatos de forma mais ampla, tendo como maior função “democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e introduzir a reestruturação dos currículos do ensino médio”. (INEP – “ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: < <http://www.enem.inep.gov.br/enem.php>>. Acesso em 21 nov. 2010)

O ENEM também pode ser utilizado como um método de seleção dos estudantes que concorrem a bolsas parciais ou integrais em instituições privadas cadastradas no Programa Universidade para Todos (ProUni). Essa política governamental é uma solução encontrada para aumentar o número de matrículas no Ensino Superior por meio do incentivo ao ingresso em faculdades particulares.

³⁰ CASTRO, Claudio de Moura. Op.Cit. Pg. 51

Todavia, muitos erros na elaboração e aplicação das provas do ENEM nos permitem questionar a efetividade do teste, uma vez que em 2009 resultados das provas vazaram na imprensa e em 2010 os gabaritos das provas estavam incorretos, o que nos leva a crer que ainda falta mais comprometimento e seriedade na elaboração o ENEM por parte do MEC.

Concluindo, por meio do vestibular podemos perceber a falta de alinhamento entre os Ensinos Básico e Superior, uma vez que as propostas e necessidades de ambos não condizem umas com as outras, desfavorecendo aqueles que anseiam por maior qualidade e desenvolvimento intelectual.

4 - Considerações Finais

O estudo realizado sobre o quadro educacional brasileiro trouxe como principal percepção que o Brasil está no rumo certo para melhorar o seu sistema educacional. Todavia, existem muitos problemas que impedem que a educação possa ter melhoras significativas.

Como o professor Ricardo Rocha Brito Bresler apontou, investir mais em educação – fato que, como mostrado, teve grande crescimento a partir dos anos 90 – é uma forma de repensar o desenvolvimento econômico, ou seja, analisá-lo e considerá-lo por uma nova perspectiva, mantendo as características econômicas, mas alterando sua essência aos poucos.

A preocupação sobre questões sociais, tais como educação e saúde, se deu muito tardiamente. Desde quando o país teve seu crescimento impulsionado, as principais preocupações foram geradas em torno de questões como infra-estrutura, na tentativa de se equiparar com os países mais desenvolvidos.

O Brasil acreditava que, para desenvolver-se e crescer economicamente, era necessário investir muito mais no capital físico do que no capital humano, ou seja, há muito pouco tempo atrás, mais especificamente até o final dos anos 90, essa variável era praticamente ignorada, levando em conta todos os acontecimentos econômicos de tentativa de resgate da economia dos anos 80.

Isso ocorre, principalmente, porque o país sempre considerou necessário e primordial ao desenvolvimento investir em infra-estrutura, mas nunca em educação. Com a industrialização e com o crescimento do país na economia global, os recursos humanos começaram a ser mais valorizados, difundindo-se a idéia de que níveis mais altos de escolaridade são necessários para a inovação tecnológica.

De fato, os resultados econômicos ao longo do tempo possibilitaram ao país desenvolver mais amplamente sua economia. Diante a esse cenário, as preocupações sociais começaram entrar na pauta de investimentos, ao passo que se verificou um resultado não-satisfatório.

Dessa forma, vale dizer que as recentes mudanças ainda são influenciadas por decisões passadas, principalmente a questão da qualidade de ensino. Ainda que o número de alunos tenha subido substancialmente em todos os níveis de ensino e a taxa de analfabetismo diminuído de forma considerável, a formação não conta com a base de estudos de qualidade necessária para competir com outros países.

Entretanto, o Brasil é reconhecido internacionalmente pelas mudanças significativas na educação, considerado como um exemplo pelo Banco Mundial por se empenhar em atingir objetivos importantes em termos das políticas públicas em torno da educação, gerando um novo impulso para garantir a universalização da educação.

Segundo a publicação do Banco Mundial, no *En Breve* (Jan. 2006 – nº84), o esforço em avaliar o sistema educacional em diversos aspectos, melhorando a consciência a respeito dos problemas e aumentando o nível de responsabilidade por parte do Estado representam um grande passo do Brasil pelo desenvolvimento econômico por meio de políticas sociais, uma vez que a educação não está centrada apenas na contribuição para a sociedade, mas também nos resultados econômicos da aprendizagem.

Se compararmos a educação no Brasil durante os últimos vinte anos, podemos considerar que o país obteve melhoras consideráveis na educação. Isso se deve principalmente às políticas públicas adotadas a partir de 1994, que obtiveram como o maior sucesso a Universalização do Ensino.

Recentemente, principalmente após as iniciativas em prol do desenvolvimento educacional no Governo Lula, com projetos como o Pro-Uni, ocorreu maior valorização do ensino, ou seja, mais pessoas estão em busca de capacitação em universidades e faculdades, tanto públicas quanto privadas. O incentivo do governo em tentar minimizar as diferenças econômicas das classes sociais e promover a tentativa de inserção de universitários em faculdades particulares revela o anseio da sociedade brasileira por melhor nível educacional e as maneiras com que o Estado se propõe a resolver tais questões.

Entretanto, ao comparar o cenário educacional brasileiro com outros países, é evidente que ainda existe muito a se fazer em relação à educação no país, pensando não só em seus resultados econômicos como também nos sociais.

Como apontamos no capítulo 2, o IDH brasileiro reflete muito bem a defasagem do ensino em relação aos outros países, não só os mais desenvolvidos que o Brasil como também alguns que se apresentam em posições inferiores a ele.

Os dados mais discrepantes sobre esse fato, presentes no Anexo I, dizem respeito à População com Pelo Menos Educação Secundária³¹, totalizando apenas 21% da população brasileira, enquanto países como os Estados Unidos e o Japão, e até mesmo o Chile e a África do Sul possuem valores maiores (89,7%, 71,9%, 51,8% e 57,9%, respectivamente) e à Taxa de Repetição de todos os anos³², que totaliza 18,7%. O Brasil é o único país, dentre todos os classificados como “Desenvolvimento Humano Elevado” a possuir taxa tão alta e discrepante, sendo que a mais alta de outros países chega em 8,5% (Tunísia).

A principal percepção obtida quanto ao tema proposto é que, se considerarmos o desenvolvimento econômico de forma genérica, podemos dizer, com base no conteúdo apresentado nos outros capítulos, que países desenvolvidos já executaram grandes investimentos – tanto em capital humano quanto em capital físico.

Em casos como o do Japão e da Coreia do Sul, o investimento em capital humano sustentou a base do desenvolvimento e do crescimento econômico, o que fez com que o capital físico investido fosse bem aplicado, e resultasse em avanços econômicos, seja ele pela capacidade dos indivíduos ou pela tecnologia desenvolvida pelos países (ainda que não abordemos a taxa de progresso tecnológico como uma variável, podemos inferir que a taxa de desenvolvimento tecnológico em tais países era alta, levando em conta seu histórico econômico).

Já no Brasil, o caminho percorrido foi diferente. As tentativas de crescimento e contenção dos problemas econômicos existentes se concentraram principalmente no investimento em capital físico, com o incentivo à industrialização e ao fortalecimento do mercado interno.

³¹ Percentagem com idade igual ou superior a 15 anos (PNUD)

³² Taxa de Repetição, de todos os alunos: número de alunos matriculados no mesmo ano de escolaridade que freqüentaram no ano anterior, expresso como percentagem das matrículas totais na escola no ano anterior. (PNUD)

Entretanto, não houve preocupação devida em relação ao capital humano, bem como a tecnologia existente no país. De antemão, isso justificaria porque, mesmo depois de um grande crescimento econômico, o Brasil ainda é considerado um país em desenvolvimento com profundas defasagens em áreas sociais, como saúde e educação.

Além disso, a grande desigualdade de renda existente no país também contribuiu de maneira significativa com esse cenário, uma vez que, ao existirem disparidades sociais muito elevadas, os núcleos de desenvolvimento se tornam restritos, o que desfavorece a conjuntura nacional, uma vez que, como já percebemos, é inútil acreditarmos que desenvolver parte de um todo possa ser uma solução para o problema.

O que ocorreu nos últimos anos, precisamente a partir dos anos 90, foi a tentativa de minimizar as dificuldades encontradas pela falta de capital humano, que impediu o país de crescer no mesmo ritmo ou se equiparar a outros países desenvolvidos. Desde que a educação foi colocada em pauta como uma necessidade importante ao desenvolvimento, muito se tem feito para que o Brasil atinja seus objetivos de mudança, que traria benefícios não só sociais, mas também econômicos.

Como já foi citado, um grande passo dado foi a Universalização do Estudo, e a grande elevação da taxa de alfabetização. Entretanto, ao compararmos o nível de desenvolvimento educacional brasileiro com o de países desenvolvidos – ainda que sem estudarmos profundamente a educação nos mesmos – fica evidente que o Brasil ainda necessita dar passos largos em direção ao aprimoramento da educação – tanto em sua qualidade quanto em sua quantidade – incentivando a continuidade dos estudos além da Educação Básica.

Segundo o Professor Ricardo Bresler, o desenvolvimento econômico alinhado aos investimentos em educação, ainda que muito defasados, não devem ser desconsiderados como um avanço, mas sim como parte de um longo processo de melhorias e mudanças substanciais que modificarão a sociedade brasileira progressivamente.

Com maior acesso à educação, um novo movimento social será criado, em que a sociedade passará a ter acesso ao conhecimento acumulado, exercendo o seu direito à democratização do ensino.

Com isso, haverá uma maior base social que sustente o desenvolvimento econômico, permitindo à qualificação dos trabalhadores brasileiros. Essa base, no entanto, deve ser pensada considerando, o que o Bresler afirma como ser “o diálogo de saberes”, ou seja,

considerar os aspectos culturais de subgrupos brasileiros a fim de adequar o ensino à cada peculiaridade do país, desenvolvendo-a eficientemente.

Dessa forma, o Brasil poderá combinar tais investimentos na capacitação dos brasileiros com significativo crescimento econômico do país e seu conseqüente reconhecimento mundial, não somente pelo aumento quantitativo mas também pela inovação dos investimentos sociais de forma mais específica e seus retornos na economia.

Tais retornos não serão necessariamente diretos, ou seja, trará benefícios sociais que por sua vez originará um retorno crescente na economia, de forma indireta – seja melhor capacidade e conhecimento na tomada de decisão, seja na melhor qualificação geral dos profissionais disponíveis no mercado.

As oportunidades de desenvolvimento econômico por meio dos investimentos em educação, ainda que não possa ser precisamente calculada, se apresenta como um aspecto que pode explicar o atraso do país, e também como uma solução definitiva para muitos problemas socioeconômicos que influenciam no desenvolvimento brasileiro.

5 – Conclusão final

A relação entre educação e desenvolvimento econômico segue uma linha contínua que interliga e correlaciona ambas as variáveis. Analisando a conjuntura econômica atual, pode-se concluir que a defasagem no quadro educacional foi um limitante do desenvolvimento econômico brasileiro, e que, no entanto, não impediu o seu crescimento.

De fato, os resultados brasileiros e o grande crescimento econômico do país foram os principais motivos e razões para que o país atingisse o desempenho econômico atual, ocupando posição de países desenvolvidos no ranking de “Maiores Economias Mundiais”³³ e conseqüentemente elevando seu prestígio internacional.

Entretanto, a principal questão referente a esse quadro econômico é: se possuíssemos melhores índices educacionais, esse resultado seria amplificado? Em outras palavras, não podemos dizer que resultados educacionais insatisfatórios prejudicaram o crescimento econômico no século XXI, mas podemos questionar qual seria o seu resultado e se esse crescimento seria alavancado se existissem maiores e melhores investimentos em educação.

³³ Correio do Estado: <http://www.correiadoestado.com.br/noticias/brasil-sera-7-economia-em-2011-projeta-fundo-monetario-inter-83943/>

Ainda referente à questão apresentada, podemos adicionar a questão mais recente dos efeitos da crise norte-americana na economia brasileira, questionando se uma base educacional possibilitaria a contenção maior dos efeitos da crise na economia interna.

No sentido dessa pergunta, podemos afirmar que o desenvolvimento do capital humano pode ser considerado um alicerce que sustenta as variações econômicas de um país – tanto positivas quanto negativas.

Considerando o período pós-crise e as recentes mudanças no quadro econômico mundial, podemos afirmar que, embora o Brasil não tenha sofrido intensamente os efeitos negativos da crise, bons índices relacionados ao capital humano poderiam conter o país de mergulhar profundamente nos efeitos da mesma, proporcionando uma base suficiente que impulse a economia em meio a um cenário econômico pessimista. A situação dos países asiáticos exemplifica essa idéia, uma vez que mesmo com os efeitos da crise, não sofreu na mesma intensidade que os Estados Unidos e a Europa.

Outro ponto a ser considerado quanto aos investimentos em educação no Brasil são os programas e o seu alcance. Os investimentos no curto prazo refletem principalmente a elaboração de mudanças imediatistas, que atendem as questões mais urgentes da sociedade.

Para educação, e principalmente pela questão da necessidade de melhorias na qualidade, resoluções de curto prazo não são as mais eficientes, visto que é necessária uma mudança estrutural que requer tempo, dada a sua complexidade.

As políticas de longo prazo, por outro lado, não tratariam mais da expansão, mas da melhoria da qualidade de ensino citada, uma vez que o país atingiu um novo estágio de desenvolvimento dessa questão, mais aprofundada nos problemas internos da educação brasileira.

Esta se refere à questão da qualificação e remuneração do corpo docente, principalmente do ensino público. Como afirma o Professor Jairo Abud, o professor brasileiro é muito desvalorizado e os mais capacitados buscam outra ocupação. Como a remuneração é muito baixa, nem mesmo a motivação pelo ensino é suficiente para garantir que o ensino deixe de ser pouco seletivo e de má qualidade.

O professor também aponta que, como resultado da ineficiência do ensino principalmente na Educação Básica, que acaba por enfraquecer a qualidade dos estudantes que ingressam em níveis mais altos de ensino.

Uma das falhas encontradas no ensino público diz respeito às universidades públicas e o seu sistema de vestibular e a relação entre essa disparidade de conhecimento proveniente das falhas no Ensino Básico.

O sistema de cotas para estudantes do Ensino Médio público, ainda que seja benéfico no curto prazo, pois possibilita o ingresso de parte dos estudantes em questão, não soluciona o problema do déficit educacional entre estudantes públicos e privados.

Ainda que os mesmos sejam aprovados, o nível de conhecimento dos universitários tende a cair, pois a formação básica não foi suficiente. O nível acadêmico exige certos conhecimentos dos alunos ingressantes, que por sua vez possuem conteúdo deficitário, o que dificulta a continuidade do aprendizado.

Assim, a solução para o longo prazo é investir em melhorias na qualidade de ensino, principalmente do Ensino Médio, a fim de equiparar os candidatos de ambas as redes, e elevar o nível de conhecimento e formar profissionais mais capacitados para o mercado de trabalho.

Um dos argumentos que corrobora essa idéia é a necessidade dos brasileiros em se equiparar à força de trabalho estrangeira. Como afirma o ex-ministro do trabalho, Walter Borelli, o desenvolvimento demanda melhor qualificação de recursos que atendam as necessidades da economia. Com um planejamento prévio, ou seja, com melhor qualificação, esse processo de mudança e adequação é antecipada e a oferta será mais mobilizável, evitando assim a importação de profissionais.

Um exemplo de escassez de oferta de trabalho dados por Borelli que ilustram essa situação é a construção naval em Pernambuco. Não houve treinamento de todos os profissionais necessários, sendo necessário importar trabalhadores qualificados. Atipicamente, brasileiros com qualificação que residiam em outro país (Japão) foram trazidos de volta ao país, para fugir do desemprego.

Nesse caso, a reserva de mão-de-obra qualificada era de brasileiros, mas muitas vezes são importados estrangeiros. Outro fato que beneficia a importação de trabalhadores qualificados é a existência de multinacionais, que muitas vezes pode preferir importar mão-de-obra do seu país de origem do que investir – no mínimo no médio prazo – para que sejam formados profissionais especializados.

Um contraponto apresentado pelo Prof. Álvaro Bado diz respeito ao fluxo de imigrantes latinos, provenientes de países como Bolívia e Peru, que não possuem qualificação

e que recebem salários muito baixos, até mesmo irrisórios. Nesse sentido, o Professor Ricardo Bresler aponta ainda a necessidade de existirem iniciativas públicas que insiram tais imigrantes no quadro social brasileiro, beneficiando-os dos investimentos subseqüentes.

Podemos afirmar então que, embora as mudanças do último século tenham influenciado os resultados positivos do Brasil, a tendência que se segue para os próximos anos é a existência de pressões que impulsionem o investimento em educação – tanto público quanto privado.

Com maior desenvolvimento econômico, as empresas brasileiras demandam força de trabalho mais qualificada e especializada, muitas vezes inexistente ou insuficiente. O enfoque dessa pressão não é quantitativo – onde a demanda por trabalhadores é maior que a oferta, considerando até mesmo as taxas de desemprego no país – mas sim qualitativo, que exija uma formação acadêmica contínua, de qualidade e especializada – que é muito escassa atualmente, ainda que esteja crescendo.

Dessa forma, não podemos afirmar que a Hipótese 1 apresentada no início do texto é verdadeira, mas também não é de todo errada. Os investimentos em educação podem influenciar positivamente o desenvolvimento econômico de um país. Entretanto, devemos considerar também que o nível de desenvolvimento econômico do país em questão também implica em maiores investimentos em educação.

As duas variáveis estão, portanto, correlacionadas, sendo que os investimentos em capital humano podem ser potencializadores do desenvolvimento, ao passo que de tal desenvolvimento emerge a grande necessidade de investimentos em educação que sirvam de base para a manutenção da economia.

Assim, tanto considerando a afirmativa de que os investimentos em educação implicam em melhores resultados de desenvolvimento econômico brasileiro como também considerando a influência de tal desenvolvimento nas propensões à investir nesse setor, podemos afirmar que a Hipótese 2 está correta.

O Brasil, tanto por almejar melhor desenvolvimento econômico e por buscar atingir patamares elevados no cenário mundial, tem como principal tendência investir mais intensamente em educação com o objetivo de melhorar seu desempenho econômico.

Da mesma forma, a conjuntura econômica brasileira demanda muito mais investimentos em educação, a fim de se formar profissionais mais capacitados e qualificados.

Essa demanda vem principalmente às boas performances de empresas – tanto nacionais quanto internacionais que residem no país -, que desenvolvem, diversificam e qualificam muito mais a economia brasileira.

Por fim, considerando a conjuntura atual, é necessário estar alerta às tendências existentes no Brasil. Embora o país esteja crescendo economicamente, não sabemos até que ponto do desenvolvimento pode-se atingir sem um capital humano forte que sustente tal desenvolvimento, ou seja, até que ponto a ausência de investimentos adequados pode prejudicar a economia brasileira.

Sobre projeções futuras, conclui-se que pouco pode ser previsto e definido sobre essa relação, pois é incerto defini-la de forma objetiva e concreta, e como esses resultados – tanto positivos quanto negativos – poderiam adquirir proporções maiores com o passar dos anos.

7 – Anexos

7.2 Entrevistas

Foram realizados dois tipos de entrevistas – formais e informais. As primeiras eram mais específicas e buscavam respostas mais objetivas e concisas, enquanto as segundas eram conversas informais, sem um roteiro ou questionário, a fim de obter a opinião do entrevistado sobre o tema e sua opinião sobre certos tópicos do trabalho.

As entrevistas formais foram realizadas com o Prof. Dr. Walter Barelli e com o Prof. Dr. Jairo Abud e estão apresentadas a seguir. As entrevistas informais foram realizadas com o Prof. Dr. Álvaro Roberto Labrada Bado e com o Prof. Ricardo Rocha Brito Bresler e foram inseridas ao longo do texto.

7.2.1 – Walter Barelli

Walter Barelli é doutor em economia e professor universitário da Unicamp, formado em economia e pós-graduado em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo.

Foi deputado federal pelo PSDB de São Paulo, no mandato 2003-2007. Atuou também como Ministro do Trabalho (1992 - 1994) do Governo Itamar Franco e secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (SERT) (1995 - 2002) nos governos Covas e Alckmin. Como diretor técnico do DIEESE por 23 anos (1967 - 1990), tornou seu nome definitivamente ligado à causa dos trabalhadores.

1. Recentemente o fluxo de imigrantes que vêm ao Brasil para trabalhar aumentou substancialmente - não só pelas exigências curriculares de experiências de intercâmbio profissional, mas também pela grande demanda de profissionais altamente qualificados. Como isso interfere no mercado de trabalho? De que forma esse cenário pode incentivar mudanças substanciais no ensino e na profissionalização de brasileiros?

A globalização é um fato também no mercado de trabalho. A contratação externa de estrangeiros é maior em setores novos e com mão de obra escassa, como nas plataformas petrolíferas. Enquanto não houver oferta abundante de residentes no país, essa é a forma de tocar diversos empreendimentos. O mesmo acontecerá em todos os setores novos ou inovados em que há urgência de produção. Essa migração torna-se problemática quando houver preferência para o profissional de origem externa, face ao brasileiro. No entanto, tem sido exaltada a capacidade de assimilação de novos conhecimentos pelos aqui nascidos, mesmo quando emigram para outros países. Notícias da vinda de levas de chineses para países africanos tem gerado apreensão em alguns países. Gerentes ou administradores de outras culturas no Brasil geraram muitas vezes insatisfações entre os subordinados. Essa é sempre uma possibilidade, mas o setor de recursos humanos deve estar atento a isso. O fato de já operarem no Brasil várias multinacionais e a dificuldade de nossa cultura trabalhista ser dominada facilmente por estrangeiros favorece a adoção de práticas de entendimento. Também quem para aqui vem tem de sofrer um processo de aculturação. Do lado brasileiro, haverá sempre a vigilância dos sindicatos e dos conselhos profissionais.

O ensino e a profissionalização de brasileiros será beneficiada por essa "concorrência". A empresa será a primeira a se adequar, pois seu objetivo é imediato e seus profissionais conviverão no mesmo ambiente. A escola terá mais dificuldade, quando se tratar de experiências práticas, pois demorará para termos casos a serem aplicados ao processo de formação. Já a fronteira da teoria ela é mais fácil de ser rompida pelas escolas. As teorias podem ser acessadas pela literatura e assimiladas por pós doutorados da parte dos formadores. Esse tem sido um processo mais reativo das escolas, que pode ser antecipado, desde que as estruturas universitárias passem a ser pró-ativas.

2 - Para o senhor, o que vem primeiro: o desenvolvimento econômico que permite a ampliação dos investimentos em capital humano ou investimentos prévios que desencadeiam melhores resultados econômicos?

O ovo ou a galinha? As duas afirmações são possíveis. O desenvolvimento econômico amplia os investimentos em capital humano, por decorrência do processo de crescimento qualificado. Por sua vez, havendo investimentos prévios em capital humano haverá melhores resultados econômicos. Se houver planejamento, o setor público se antecipará às futuras demandas. Lembro que o SENAI, investiu na formação de especialistas em exploração de gás no Rio Grande do Norte, assim que foram descobertas as jazidas naquela região. Hoje, há problemas de falta de engenheiros civis porque não houve previsão antecipada do boom de construção provocado pela nova política de crédito. Como o planejamento governamental está se restringindo à questão orçamentária são inevitáveis esses hiatos, entre oferta e colocação. As empresas mais organizadas já se antecipam, com os programas de formação, tanto no Brasil como no exterior, pois sua programação precisa ser eficaz.

Se o problema é falta de profissionais qualificados, a solução de formá-los é de médio prazo. Mesmo quando a adequação de portadores de outros conhecimentos é possível, isso demandará algum tempo. Foi o caso da privatização da telefonia; só havia um curso de telecomunicação, em Santa Catarina, mas havia engenheiros civis, navais e de outras especializações disponíveis; eles rapidamente passaram a entender de telefonia e comunicação. Quando a falta não tem solução interna, a importação de profissionais é a saída. Nesse caso, é importante apreender com esses especialistas transplantados para o Brasil.

Sua questão permite que se abordem os dois itens. O desenvolvimento leva à qualificar recursos para atender as necessidades. Se houver planejamento prévio, você se antecipa no tempo e, quando a demanda for maior, haverá oferta facilmente mobilizável. Exemplo é a construção naval em Pernambuco. As decisões foram tomadas, sem que houvesse treinamento de todos os profissionais necessários. O desemprego de brasileiros no Japão permitiu deslocar de lá trabalhadores qualificados que, no passado, emigraram para fugir do desemprego. Esse é um caso raro de Exército de Reserva disponibilizado por crise em outra região do globo. Outro lado do problema é mostrado pela criação do ITA. Formaram-se engenheiros aeronáuticos, quando o país não tinha indústria para empregá-los. Muitos migraram. Hoje, o mercado pode empregar a todos, quer na própria indústria aeronáutica, quer em outros ramos industriais.

7.2.2 - Jairo Abud

Jairo Abud é doutor em Economia das Empresas pela Fundação Getúlio Vargas em 1995. Ele era um estudioso Visitante Fulbright na Universidade da Califórnia, San Diego em 1993/1994, onde desenvolveu pesquisa sobre as reformas políticas e econômicas implementadas no México durante o governo Salinas. Ele também participou do Programa Avançado em Cambridge Repensando Economia do Desenvolvimento em 2002. Ele foi professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 1996, e também é professor na Zumbi dos Palmares, Escola de Administração de Empresas que favorece Ação Afirmativa e serve principalmente a comunidade afro-brasileira.

1. Como o senhor acredita que o capital humano no Brasil está influenciando o crescimento e o desenvolvimento econômico?

O capital humano é fundamental para o crescimento e, principalmente, para o desenvolvimento econômico. Quanto mais desenvolvido o país, maior o seu capital humano. Pode-se ter crescimento, mas não desenvolvimento sem capital humano.

2. Para o senhor, qual vem primeiro: o desenvolvimento econômico que permite a ampliação dos investimentos em educação ou investimentos prévios que desencadeiam melhores resultados econômicos?

Sem investimento em educação, não há como conseguir desenvolvimento econômico - a menos que se importe capital humano, como é o caso de alguns países árabes e africanos. Países como a Coreia, investiram maciçamente em educação - privando-se do consumo em um primeiro instante - para posteriormente colher os frutos do desenvolvimento econômico.

3. De qual forma o senhor acredita que os investimentos em educação podem implicar em melhores resultados brasileiros? Qual a forma mais eficiente de se investir tais recursos?

Minha experiência mostra que se deve investir em educação básica. Tive experiência em lecionar em faculdade voltada para pobres e negros e percebi que, embora houvesse grande avanço desses alunos, a carência em educação de base impedia-os de alcançar um patamar mais avançado, como os alunos da GV por exemplo.

4. O senhor acredita que o quadro educacional brasileiro é um grande impasse para nos equipararmos com outras nações, ou seja, o capital humano brasileiro é um grande fator que limita o crescimento do Brasil? Si

Sim, o professor brasileiro é muito desvalorizado pelos governantes e, os mais capacitados, acabam buscando outra ocupação. Muitos se dedicam por outras motivações que não a financeira, mas isto deveria ser exceção e não regra. *"You get what you pay for"* - com salários baixos, o ensino torna-se pouco seletivo e de má qualidade.

5. Recentemente o fluxo de imigrantes que vêm ao Brasil para trabalhar aumentou substancialmente - não só pelas exigências curriculares de experiências de intercâmbio profissional, mas também pela grande demanda de profissionais altamente qualificados. Como isso interfere no mercado de trabalho? De que forma essa mudança pode incentivar mudanças substanciais no ensino e na profissionalização de brasileiros?

Vejo isso de forma positiva. O imigrante que se sujeita a trabalhar em outro país é, via de regra, capacitado e motivado. Acho que o Brasil deveria incentivar a imigração que auxiliará muito no crescimento econômico.

6. Pensando na formação do mercado de trabalho brasileiro, o senhor acredita que o Brasil é reconhecido como um "país que pensa", um país inovador e competente?

Ainda não, mas com perspectivas promissoras para o futuro.

7. Na sua opinião, como deveríamos lidar com a questão da qualidade do ensino, tanto na educação básica quanto na superior?

Principalmente com incentivo aos professores que hoje são pouco valorizados.

7.2 – Tabela – Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 - Educação

Posição no IDH	METAS EDUCATIVAS		ACESSO À EDUCAÇÃO				EFICIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA		
	Taxa de alfabetização de adultos	População com pelo menos educação secundária	Taxa de matrícula no ensino primário		Taxa de matrícula no ensino secundário		Taxa de matrícula no ensino superior	Taxa de abandono escolar, todos os anos	Taxa de repetição, todos os anos	Rácio de alunos/professor	Professores do ensino primário com formação para ensinar
			(% de população em idade do nível escolar primário)		(%de população em idade do nível escolar secundário)		(% de população em nível escolar superior)				
	(% com idade igual ou superior a 15 anos)	(% com idade igual ou superior a 25 anos)	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	(% do grupo do ensino primário)	(% de total de matrículas no ensino primário no ano anterior)	(número de alunos por professor)	(%)
	2005 - 2008(a)	2010	2001-2009(a)	2001-2009(a)	2001-2009(a)	2001-2009(a)	2001-2009(a)	2007 - 2008(a)	2008 - 2008(a)	2009 - 2008(a)	2010 - 2008(a)
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO											
1 Noruega	-	87,3	98,4	98,4	112,5	96,6	75,9	0,2	-	-	-
2 Austrália	-	73,4	104,9	97	147,9	87,5	75	-	-	15,8	-
3 Nova Zelândia	-	67,9	101,2	99,2	120,4	90,8	79,1	-	-	17,1	-
4 Estados Unidos	-	89,7	98	91,5	94,3	88,2	81,6	1,5	-	14,3	-
5 Irlanda	-	64,1	105,4	96,9	113,4	88,1	61,2	-	0,7	17,8	-
6 Listenstaine	-	-	19,6	89,3	106,1	65,2	31,2	18,2	-	9,5	-
7 Países Baixos	-	67,4	106,8	98,5	119,5	88,6	60,1	1,7b	-	-	-
8 Canadá	-	79,6	107,1	99,5	101,3	-	62,3b	-	-	-	-
9 Suécia	-	80,3	94,2	93,8	103,1	99,1	74,5	0,1	-	10,7	-
10 Alemanha	-	97,2b,c	105,7	98,2	100,6	-	-	4,4	1,3	18	-
11 Japão	-	71,9	102,2	100	100,7	98	57,9	-	-	18,8	-
12 Coreia, República da	-	75,3	103,7	98,6	97,5	96,4	96,1	1,6	0	24,1	-
13 Suíça	-	71	102,4	93,5	95,7	84,7	47,2	-	1,5	18,1	-
14 França	-	55,7	110,2	98,5	113,3	98,3	54,7	2b	4,2	20,3	-
15 Israel	-	61,8	110,9	97,1	91,5	87,6	60,4	0,4	1,5	17,2	-
16 Finlândia	-	70,5	97,6	96,3	111,3	96,8	93,8	0,2	0,4	15,9	-
17 Islândia	-	54,8	97,2	97,1	110	90,3	72,3	-	-	-	-
18 Bélgica	-	47,7	102,3	97,8	109,5	96,9	62,1	12,8	3,4	12,6	-
19 Dinamarca	-	68,1	99	95,6	19,2	89,6	80,3	7,9 b	-	-	-
20 Espanha	97,6	46,9	105,4	99,7	119,1	94,3	68,5	0,1	-	13,1	-
21 Hong Kong, China RAE	-	62,7	101	93,5	82,9	75,2	34,3	0	0,9	-	95,1
22 Grécia	97	47,4	101,2	99,4	101,8	91	90,8	1,8	0,7	10,1	-

23 Itália	98,8	46,7	103,8	98,6	99,9	92,4	67,1	0,4	0,2	10,4	-
24 Luxemburgo	-	78,1 b,c	100,3	95,5	95,4	83	10	13,5	3,8	13,1	-
25 Áustria	-	70,1	101,5	97,9	99,9	-	50,3	2,2	1,2 b	12,9	-
26 Reino Unido	-	58,2	104	97,2	97,4	91,3	59	-	-	20,1	-
27 Cingapura	94,5	59,1	-	-	-	-	-	-	0,3	19,5	97,1
28 República Checa	-	99,8 b,c	102,1	92,2	95	-	54,3	1,1	0,6	17,3	-
29 Eslovénia	99,7	94,3 b,c	102,9	95,6	93,5	88,5	85,5	1,1	0,6	17,1	-
30 Andorra	-	50,9 b,c	86,7	80,1	82,2	71,4	11	-	2,8	-	100
31 Eslováquia	-	98,8 b,c	101,9	91,8	92,8	-	50,1	2,6 b	3	18,6	-
32 Emirados Árabes Unidos	90	-	107,9	91,6	93,8	83,8	25,2	0	1,9	17,2	100
33 Malta	92,4	44,2	99	91,4	98,1	82	33	1 b	0,8	12,1	-
34 Estónia	99,8	87,3 b,c	99,2	94,4	99,7	89,9	65	1,7	0,9	-	-
35 Chipre	97,8	58,7	102,5	99	97,8	95,1	36,2	1,6	0,4	15	-
36 Hungria	99	46,7	97,9	88,8	96,7	90,5	67,2	1	1,7	10,6	-
37 Brunei Darussalan	95	-	106,7	93,3	96,7	88,2	16	1,6	0,8	10,1	84,3
38 Qatar	93,1	54,1 b,c	108,6	94,1	93,2	79,2	11	3,3	0,6	-	52,3
39 Barém	90,8	48,1	105,3	97,9	96,8	89,4	29,9	1,3 b	2	-	-
40 Portugal	94,6	27,5	105,2	98,9	101,3	87,9	56,9	-	10,2	11,7	-
41 Polónia	99,5	60,6	97,1	95,6	99,8	93,8	66,9	2,7	0,7	11	-
42 Barbados	-	58,8	-	-	-	-	-	6,1	-	13,5	61,0

DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO

43 Baamas	-	89,6 b,c	102,4	90,5	93,7	86,1	-	9,1	-	15,8	91,1
44 Lituânia	99,7	88,6 b,c	96,1	91,3	99,1	92,1	75,9	2	0,7	9,7	-
45 Chile	98,6	51,8	105,6	94,4	90,6	85,3	52,1	5,1	2,4	26,2	-
46 Argentina	97,7	44,6	114,6	98,5	85,3	79,4	88,1	5,1	6,1	14,8	-
47 Kuwait	94,5	56,9	95,5	87,6	90,8	79,9	17,6	0,5	0,9	9,1	100 b
48 Letónia	99,8	97,9 b,c	96,8	90,1	114,5	-	69,2	4,3	3,3	12,8	-
49 Montenegro	-	98,2 b,c	-	-	-	-	-	-	-	-	-
50 Roménia	97,6	79,1 b,c	104,7	93,9	87,5	73	58,3	6,7	1,7	16,3	-
51 Croácia	98,7	78 b,c	98,6	90,2	93,6	88,3	47	0,2	0,3	17,3	100 b
52 Uruguai	98,2	44,6	114,3	97,5	92	67,7	64,3	6,3	7	15,5	-
53 Jamahira Árabe Líbia	88,4	-	110,3	-	93,5	-	55,7 b	-	-	-	-
54 Panamá	93,5	48,3	111,1	98,3	71,2	65,6	45	14,8	5,3	24,2	91,3
55 Arábia Saudita	85,5	48,8 b,c	98,4	84,5	94,6	73	29,9	3,6	3,3	-	91,5
56 México	92,9	40,3	112,9	97,9	87,4	70,9	26,3	8,5	3,6	28	95,4
57 Malásia	92,1	50,5	97,9	97,5	69,1	68,7	29,7	7,8	-	17,5 b	-
58 Bulgária	98,3	87,6 b,c	101,1	94,6	105,2	87,5	49,7	6,3	1,8	16,1	-
59 Trindade e Tobago	98,7	48,6	103,4	91,8	88,8	73,9	11,6	4,2	6,6	17,2	86,6
60 Sérvia	-	-	100,6	97	90,5	89,6	48,7	1,6	0,6	-	100
61 Bielorrússia	99,7	-	99,2	94,4	95,3	86,8	72,8	0,5	0	-	99,9
62 Costa Rica	96	29,9	109,9	-	89,2	-	25,3	5,7	7	19	86

63 Perú	89,6	50,5	112,8	96,8	97,6	75,9	34,5	17	7,2	20,9	-
64 Albânia	99	75,7 b,c	102,1	90,8	77,7	73,8	19,3 b	10,1 b	2,1 b	-	-
65 Federação Russa	99,5	-	96,8	-	84	-	75	4,8	0,4	-	-
66 Cazaquistão	99,7	82,1 b,c	108,8	89,3	94,9	86,9	41	1	0,1	-	-
67 Azerbaijão	99,5	92,8 b,c	116,2	96	105,6	98,3	15,8	1,6	0,3	-	99,9
68 Bósnia Herzegovina	97,6	-	111	-	89,1	-	33,5	-	0,1	-	-
69 Ucrânia	99,7	88,2 b,c	98,4	88,9	94,4	85	79,4	2,7	0,1	-	99,8
70 Irão, República Islâmica do	82,3	29,5	128,4	99,7	79,7	75,1	36,1	12,2 b	1,8	20 b	100 b
71 Macedónia, Antiga República Jugoslava da	97	47,8 b,c	92,8	86,5	84,2	81,6	33,5	2,5	0,1	-	-
72 Maurícia	87,5	36,3	99,4	93,1	87,6	80,1	16	2,1	4	21,7	100 b
73 Brasil	90	21,9	129,6	92,6	100,1	77	30	24,4 b	18,7	23	-
74 Geórgia	99,7	91 b,c	107,4	98,7	90	80,8	34,3	4,9	0,3	12,5	95
75 Venezuela, República Bolivariana da	95,2	27,7	103,1	90,1	81,1	69,5	78,1	19,3	3,4	16,2	83,5
76 Arménia	99,5	91,1 b,c	79,6	74	88,1	85,7	34,2	2,3	0,2	-	77,5
77 Equador	84,2	37	118,5	96,9	69,6	59,2	35,3	18,6	2,5	22,6	100
78 Belize	-	24,5 b,c	120,5	97,7	75	63,4	11,2	9,5	8,2	24,4	42,8
79 Colômbia	93,4	31,3	119,9	90	90,6	71,2	35,4	12,2	3,5	29,4	100
80 Jamaica	85,9	42,1	90,1	85,1	90,2	76,7	19,3 b	12,8 b	3	29,1	79,5
81 Tunísia	78	23,1	107,6	97,7	90,2	65,8	31,6	5,9	8,5	17,3	-
82 Jordânia	92,2	54,2	96,3	89,1	86,3	83,7	37,7	0,9	0,6	12,2	-
83 Turquia	88,7	22,3	97,6	93,9	82,1	71,2	37,1	5,8	2,1	-	-
84 Argélia	72,6	25,9	107,5	94,9	83,2	66,3	23,9	7,1	7,8	-	98,9
85 Tonga	99	-	111,8	99	102,7	66,2	6,4 b	9,1	5,2	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
86 Fiji	-	41,9	94,2	91,9	80,9	79,1	15,4	5,4	1,7	26,1	97,8
87 Turquemenistão	99,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
88 República Dominicana	88,2	27,6	104,3	80	74,9	57,7	33,3 b	31,2	3,4	19,6	89,2
89 China	93,7	38,4	112,1	-	74	-	22,1	0,4	0,3	18,3	-
90 El Salvador	84	19,4	115	94	63,6	55	24,6	24,3	6,1	33,3	93,2
91 Sri Lanka	90,6	44,9	105,1	99,7	87	-	-	2	0,8	22,5 b	-
92 Tailândia	93,5	20,6	-	-	-	-	-	-	9,2	21,2	-
93 Gabão	87	-	134,3	80,3	53,1	-	7,1 b	44,5 b	34,4	36 b	100 b
94 Suriname	90,7	-	113,8	90,1	75,4	64,6	12,3 b	32,3	17,2	13,2	100
95 Bolívia, Estado Plurinacional da	90,7	29,3	108,3	93,7	81,8	69,9	38,3	19,8	2,5	25,1	90,6 b
96 Paraguai	94,6	26,4	108,3	92,4	65,9	57,7	25,5	20,9	4,1	16,6 b	-
97 Filipinas	93,6	53,6	108,2	90,4	81,4	59,9	27,8	26,8	2,3	33,7	100 b
98 Botsuana	83,3	24,7	109,7	87,2	80,2	56,5	5,2	13,2	4,7	25,4	94,3
99 Moldávia, República da	98,3	-	89,2	83,3	83,1	79,1	39,9	4,4	0,1	-	-
100 Mongólia	97,3	80,2 b,c	101,5	88,7	95,1	82	49,8	5,1	0,2	31,6	99

101	Egipto	66,4	36,1	99,7	93,6	79,3	71,2	31,2	3,2	3,1	21,9 b	99,9 b
102	Uzbequistão	99,3	-	94,4	89,9	102,4	91,7	9,9	1,3	0	-	100
103	Micronésia, Estados Federados da	-	-	110,3	-	90,5	-	14,1b	-	-	-	-
104	Guiana	-	40	108,7	94,7	102,1	-	11,5	41,2 b	0,7	25,6	58,5
105	Namíbia	88,2	-	112,4	89	65,8	54,4	8,9	23,4	18,1	29,4	95
106	Honduras	83,6	17,1	116	96,6	64,5	-	18,7	23,8	5,3	33,3	36,4
107	Maldivas	98,4	-	112	96,2	83,7	69,4	-	-	4,3	13,3	67,9
108	Indonésia	92	26,8	120,9	94,8	75,8	69,7	18	19,9	2,9	21,4	93,5 b
109	Quirguizistão	99,3	89,2 b,c	94,7	83,5	85,1	80,5	52	1,7	0,1	-	64,4
110	África do Sul	89	57,9	104,5	87,5	95,1	71,9	-	23 b	8	-	78,7 b
111	República Árabe da Síria	83,6	33,5	124,4	94,5	74	67,7	-	3,3	7,5	-	88,4
112	Tajiquistão	99,7	92,4 b,c	102,2	97,3	84,4	82,5	20,2	0,5	0,3	22,2	88,3
113	Vietname	92,5	-	104,1	94	66,9	62,3	9,7 b	7,9	1	20,9	98,6
114	Marrocos	56,4	-	106,9	89,5	55,8	34,5	12,3	23,8	11,9	29,9	100 b
115	Nicarágua	78	25,4	116,9	91,8	67,9	45,2	18 b	51,6	11	29,2	72,7
116	Guatemala	73,8	15,3	113,6	95,1	56,6	39,9	17,7	35,3	12,4	29,4	-
117	Guiné Equatorial	93	-	98,7	66,4	26,2	21,6	3,3 b	67,4 b	24,3	54,5 b	30,9
118	Cabo Verde	84,1	-	101,3	84,4	67,7	56,7	11,9	12,9	11,6	24,4 b	84,7
119	Índia	62,8	22,2	113,1	89,8	57	-	13,5	34,2	3,4	40,7	-
120	Timor-Leste	-	-	106,6	75,9	54,7	31,4	15,2	-	12,5	37,4	-
121	Suazilândia	86,5	32,6	107,9	82,8	53,3	28,6	4,4	26,3	18	32,4	94
122	República Democrática Popular do Laos	72,7	-	111,8	82,4	43,9	36	13,4	33,2	16,8	-	96,9
123	Ilhas Salomão	76,6 b	-	107,3	67	34,8	30,2	-	-	-	-	-
124	Cambodja	77	-	115,9	88,6	40,4	34,1	7	45,6	11,2	48,5	98,2
125	Paquistão	53,7	16,8	84,8	66,1	32,9	32,5	5,2	30,3	4,4	40,7	85,1
126	Congo	-	34,8	114	58,9	43,1	-	3,9 b	29,8	22,4	51,8	89
127	São Tomé e Príncipe	88,3	-	133,3	96,1	51,3	38,1	4,1	26,1	24,2	30,8	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
128	Quênia	86,5	15,5	111,5	81,5	58,3	49,1	4,1	16,4 b	5,8	46,5	98,4
129	Bangladesh	55	16,7	93,8	88	44,1	41,5	7	45,2	13,2	43,7	54,4
130	Gana	65,8	28,7	101,8	73,9	54,1	46,4	6,2	40 b	6,5	32,2	49,1
131	Camarões	75,9	13,1	110,9	88,3	37,3	-	7,8	43,3	16,8	-	61,8
132	Mianmar	91,9	16,6	115	-	49,3	46,4	10,7	26,1	0,4	28,8	99
133	Iêmen	60,9	-	85,4	72,7	45,7	37,4	10,2	40,5 b	5,7	-	-
134	Benim	40,8	9,8	116,6	92,8	36,3	19,6	5,8	36,9 b	14,3	44,6	71,8
135	Madagáscar	70,7	-	151,7	98,5	30,1	23,8	3,4	57,5	19,7	47,2	52,1
136	Mauritânia	56,8	-	98,2	79,7	23,3	16,3	3,8	18,1	2	37,2	100 b
137	Papua-Nova Guiné	59,6	8,3	54,9	-	-	-	2 b	-	-	-	-
138	Nepal	57,9	15,4	124	78,8	43,5	-	5,6 b	38,4	16,8	37,8	66,4

139 Togo	64,9	14,1	105	83,5	41,3	22,5	5,3	55,5	23,7	37,6	14,6
140 Comores	73,6	-	121,5	72,9	45,8	-	2,7 b	28,3 b	24,4	30,2	57,4
141 Lesoto	89,5	13,1	107,7	72,7	39,9	25,2	3,6	54,2	21	37	71,4
142 Nigéria	60,1	-	93,1	61,4	30,5	25,8	10,1	25,1 b	2,9	46,3	51,2
144 Senegal	41,9	8,6	83,5	72,9	30,6	25,1	8	41,6	7,7	36,4	90,5 b
145 Haiti	61 b	13,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
146 Angola	69,6	-	-	-	17,3	-	2,8	-	-	-	-
147 Djibuti	-	-	55,5	45,3	29,5	24,4	2,6	-	10,6	-	80,3
148 Tanzânia, República Unida da	72,6	6 b,c	110,2	99,3	6,1	-	1,5	17,2	4,2	52,2	100 b
149 Costa do Marfim	54,6	-	74,5	56	26,3	21,2	8,4	10,5	18	41,9	100 b
150 Zâmbia	70,7	25,7	119,1	95,2	51,8	49	2,4 b	21,4	5,9	63,4	100
151 Gâmbia	45,3	11	86,2	68,7	50,8	41,8	1,2 b	29,7	5,4	34,4	74,7 b
152 Ruanda	70,3	3,3	150,9	95,9	21,9	-	4	69,1 b	17,7	70,2	94,2
153 Malawi	72,8	4,6	120,2	90,6	29,4	25	-	64,3	20,1	-	-
154 Sudão	69,3	11,5	74	39,2	38	-	5,9 b	6,9	4,9	36,7	61
155 Afeganistão	-	6,4	106,1	-	28,6	26,8	1,3 b	-	16,3	-	-
156 Guiné	-	-	89,9	71,3	35,8	27,7	9,2	45,1	15,4	44,1	82,1
157 Etiópia	35,9 b	-	97,8	78,2	33,4	25,3	3,6	56,7	5	59,3	89,7
158 Serra Leoa	39,8	9,1	157,7	-	34,6	24,9	2 b	-	9,9	44,2	49,4
159 República Centro-Africana	54,6	9,3	77,4	59,1	11,9	-	2,3	54,4	25,6	100,2	-
160 Mali	26,2	3,7	91,3	71,5	34,8	28,6	5,4	20,9	14,2	51,4	50,1
161 Burkina Faso	28,7	-	78,5	63,3	19,8	15,4	3,1	28,9	10,5	48,9	87,7
162 Libéria	58,1	12,8	90,6	75,2	31,6	19,5	17,4 b	-	6,7	23,9	40,2
163 Chade	32,7	-	82,7	61	19	10,5	1,9	70,2	21,8	176,2	35,5
164 Guiné-Bissau	51	-	119,7	52,1	35,9	9,7	2,9	-	18,7	88,1	35,1
165 Moçambique	54	3,2	114,2	79,9	20,6	6,2	1,5	56,3	5,5	64,1	67
166 Burundi	65,9	-	135,6	99,4	17,9	-	2,5	46,3	33,8	52	87,4
167 Niger	28,7	2,9	62,4	54	11	8,9	1,3	33,2	6,4	40,7	98,4
168 Congo, República Democrática do	66,6	19,5	90,4	32,4	34,8	-	5	20,5	15,3	39	93,3
169 Zimbabué	91,4	33,4	103,6	89,9	41	38	3,8 b	-	-	-	-
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS											
Antígua e Barbuda	99 b	-	102,5	74	105,3	-	-	2,6 b	5,6	17,1	52,9
Butão	52,8	-	109,1	87,4	61,7	47,5	6,6	9,9	6,4	29,9	91,5
Cuba	99,8	68,8 b,c	101,9	98,8	91,4	84,3	121,5	4,4	0,5	9,6	100 b
Domínica	-	26,5 b,c	81,6	72,3	104,8	68,1	-	9,2	3,9	16,7	59,4
Eritreia	65,3	-	52,3	38,9	30,5	26	2	26,7	15,4	47,4	89,3
Granada	-	-	102,6	93,4	107,7	88,6	-	17,4 b	2,9	22,6	73,5
Iraque	77,6	26,3	98	87,3	46,8	39,6	15,7	29,9 b	8	20,5	100 b
Kiribati	-	-	112,8	97,4	87,9	68,3	-	18,6 b	-	-	85,4

Libano	89,6	-	101,1	88,3	81,6	74,6	51,5	6,9	8,8	17,8	13,3
Ilhas Marshall	-	-	93	66,3	66,4	44,9	17 b	-	-	16,9 b	-
Mónaco	-	-	127,7	-	153,4	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	78,8	72,3	46,1	-	-	74,6 b	-	-	74,2
Territórios Ocupados da Palestina	94,1	47,3 b,c	80,4	73,3	92,4	88,6	47,2	0,9	0,5	29	100
Omã	86,7	-	75	68,3	88,1	78,2	26,3	0,5	1,1	14,3	100 b
Palau	-	-	98,8	-	96,9	-	40,2 b	-	4,7	-	-
São Cristóvão e Nevis	-	-	85,3	70,6	88,2	78,7	-	32	1,5	16,1	63,6
Santa Lúcia	-	-	98	91,5	93,2	79,6	14,8	4 b	2,4	21,4	87,8
São Vicente e Granadinas	-	-	109	94,6	108,2	90,3	-	20,9	4,6	17	83
Samoa	98,7	-	99,5	90,6	78,3	64,2	7,4 b	4,1	1,2	23,8	-
Seychelles	91,8	66,8 b,c	125,3	99,4	111,8	94,3	-	1,6	-	13,1	77,9 b
Suvalu	-	-	105,6	-	-	-	-	37,4 b	-	-	-
Tuvalu	81,3	-	108,7	97,3	40,1	38,1	4,8 b	26,6	13,6	-	100
Desenvolvidos											
OCDE	-	73,8	101,7	95,6	101,1	91,8	71,4	2,9	-	-	-
Não-OCDE	-	61,7	108,4	95,6	93,6	86,7	43	3	1,2	-	-
Em Desenvolvimento											
Estados Árabes	72,1	-	96,4	80,9	68,8	60,4	22,7	9,5	5,7	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	-	-	112,2	93,3	72,8	62,6	20,9	21,3	-	-	-
Europa e Ásia Central	97,5	65,1	98,5	92,3	89,3	82,1	54,2	3,3	0,9	-	-
América Latina e Caraíbas	91,1	32,5	116,5	94,4	89,8	72,5	36,7	17,8	9,2	-	-
Sul da Ásia	62,4	21,6	108,2	86,9	53,5	42	12,8	24,1	5	-	-
África Subsaariana	62,4	-	101,1	73,6	34,4	29,5	5,5	36,5	9,4	-	-
Desenvolvimento humano muito elevado	-	73,6	101,9	95,6	100,9	91,7	70,8	3	1,7	-	-
Desenvolvimento humano elevado	92,3	41	111,9	94,4	88,9	74,9	43,2	7,3	6,5	-	-
Desenvolvimento humano médio	80,7	-	110,2	88,5	64,7	57	17,6	22,6	2,9	-	-
Desenvolvimento humano baixo	61,2	14,3	99,9	73,4	34,7	30,9	6	40,4	9,6	-	-
Países menos desenvolvidos	59,9	-	101,6	75,5	34,1	30,8	5,4	39,1	11,0	-	-
Mundo	-	-	106,9	86,1	66,4	60,2	25,7	18	5,1	-	-

a – Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

b – Refere-se a um ano anterior àquele especificado.

c – Instituto de Estatística da UNESCO (2010^a)

8 - Bibliografia

A História da Educação no Brasil: os anos de 1980 e 1990 Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/1709571-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-brasil-os/>> Acesso em: 15 nov. 2010

CASTRO, Claudio de Moura. *Educação Brasileira: Consertos e Remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

CENSO ESCOLAR. *Sinopse da Estatística da Educação Brasileira: 1991 a 1995*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000271.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010

CORREIO DO ESTADO. Brasil será Sétima Economia em 2011, promete o Fundo Monetário Internacional. Disponível em: < http://www.correiadoestado.com.br/noticias/brasil-sera-7-economia-em-2011-projeta-fundo-monetario-inter_83943/>. Acesso em: 29 ago. 2011.

FERREIRA, Sérgio Guimarães, VELOSO, Fernando, *Escassez da Educação* in GIAMBIAGI, Fábio, VILLELA, André, CASTRO, Lavínia Barros e HERMAN, Jennifer, orgs. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE – Séries Estatísticas; <www.ibge.gov.br>

INEP – “ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br/enem.php>>. Acesso em 21 nov. 2010

IPEADATA; <www.ipeadata.gov.br>

JONES, Charles I. *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Fatos sobre a Educação no Brasil: 1994 - 2001*. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Pro-Uni – O Programa. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140> Acesso em 20 nov. 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *PNUD Brasil* <<http://www.pnud.org.br/home/>> Acesso em 20 abr. 2011.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz G. e RIANI, Juliana de Lucena Ruas. *Introdução à Demografia da Educação*. Campinas: ABEP, 2004.

ROCHA, Fernando José Meira Rocha. *Educação e economia: uma abordagem sobre as conseqüências e condicionantes econômicos do desenvolvimento humano, com ênfase em educação*. Brasília: Caderno de Finanças Públicas n.5 p.51-171, julho - 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEIXEIRA, Erly Cardoso, BRAGA, Marcelo José. *Investimentos e Crescimento Econômico no Brasil*. Viçosa;UFV, DER, 2006.

UNDP – United Nations Development Programme - <<http://www.undp.org/>> Acesso em 20 abr. 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia: micro e macro: teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos*. - 4 ed. – 5 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.